



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

CLEITON DOUGLAS BARROS SANTOS

**DISCURSO, PODER E POLÍTICA: A MÁSCARA DA DITADURA MILITAR  
BRASILEIRA NOS PRONUNCIAMENTOS DE POSSE PRESIDENCIAIS**

RECIFE

2022

CLEITON DOUGLAS BARROS SANTOS

**DISCURSO, PODER E POLÍTICA: A MÁSCARA DA DITADURA MILITAR  
BRASILEIRA NOS PRONUNCIAMENTOS DE POSSE PRESIDENCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – linha de pesquisa 1: análises linguísticas, textuais, discursivas e enunciativas - como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Professora Dra. Vicentina Ramires

RECIFE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S237d

Santos, Cleiton Douglas Barros

Discurso, poder e política: a máscara da ditadura militar brasileira nos pronunciamentos de posse presidenciais / Cleiton Douglas Barros Santos. - 2022.  
75 f. : il.

Orientadora: Vicentina Ramires Borba.  
Inclui referências.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Recife, 2022.

1. análise do discurso. 2. discurso político. 3. ditadura militar no Brasil. 4. presidentes brasileiros. I. Borba, Vicentina Ramires, orient. II. Título

CDD 470

---

**CLEITON DOUGLAS BARROS SANTOS**

**“Discurso, poder e política: a máscara da ditadura militar brasileira nos pronunciamentos de posse presidenciais”**

Banca Examinadora:

---

Profª Drª Vicentina Ramires Borba – UFRPE  
Orientadora

---

Profª Drª Rosana Meira Lima de Souza – CODAI/UFRPE  
Titular

---

Profª Drª Ivanda Maria Martins Silva – UFRPE  
Titular

**Recife – 2022**

Produzir uma pesquisa científica é uma atividade solitária, mas, ao mesmo tempo, construída de forma coletiva. Por isso, dedico este trabalho a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a conclusão deste curso. Em especial a minha querida avó, mamãe Julia (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta dissertação contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço:

A Deus, por todas as bênçãos e oportunidades que foram concedidas.

À minha querida orientadora, professora Vicentina Ramires, pelo carinho, compreensão e apoio irrestrito durante os meus momentos de aflição, e por ter oferecido todo o auxílio necessário na elaboração desta pesquisa.

A Mainha e Painho, pelo carinho, amorosidade e sabedoria durante os momentos de angústia, e por me incentivarem a cada momento e não permitirem que eu desistisse.

À minha querida avó, mamãe Júlia (*in memoriam*), que sempre esteve ao meu lado, guiando os meus passos.

À minha linda namorada, Yara Fernandes, pelo companheirismo e pela compreensão em períodos de ausência.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pelo compromisso com a educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente inclusiva.

À minha eterna reitora da UFRPE e amiga, professora Maria José de Sena, pela aprendizagem, apoio e carinho.

Ao coordenador do curso da pós-graduação, professor Natanael Duarte de Azevedo, pela maestria, atenção e empenho na condução das atividades do programa.

À equipe do Cerimonial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), à qual, em nome das servidoras Simone Gomes e Glória Correia, agradeço a confiança e o incentivo nos estudos acadêmicos.

Às minhas companheiras de trabalho, Clauciene Alves e Natali Tavares, pela parceria, zelo e compreensão nos meus momentos de sobrecarga de atividades.

À minha amiga, Vanessa Ramos, pelos momentos de orientação da vida profissional.

À equipe gestora e pedagógica da Escola Municipal Rosina Labanca, à qual, em nome da diretora, professora Márcia Margô Galindo, agradeço a compreensão, a confiança e a parceria na condução dos trabalhos escolares.

“Escrevo da periferia, não do centro.”

Grada Kilomba (2008, p. 59)

## RESUMO

Estudar discursos políticos, para alguns, pode ser considerado algo monótono e sem relevância científica, mas discordamos totalmente dessas afirmações incoerentes. Ao analisar pronunciamentos, estamos estudando a nossa História, nossa vida e nossas relações com a sociedade. A análise do discurso político instiga nosso pensamento crítico e reflexivo. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar os pronunciamentos de posse dos ex-presidentes do Brasil durante o período da Ditadura Militar como forma de contribuir para os estudos linguísticos atuais. Buscamos, assim, debater o conceito de esperança, que é fortemente apresentado nessas estruturas discursivas, propriamente ditas do campo político. Em qualquer contexto social, poder e discurso são ferramentas fundamentais para se comunicar, se posicionar e, principalmente, influenciar outras pessoas. Portanto, estudar o discurso de posse dos ex-chefes de Estado e de governo faz-se necessário para identificarmos quais os direcionamentos ideológicos, as formas de governo e suas expectativas de gestão. Além disso, o importante é perceber que valores ideológicos estão sendo veiculados nesses discursos políticos. Tomamos como base, especialmente, as abordagens de Thompson (1990), Charaudeau (2008, 2015, 2016), Fiorin (1988), Orlandi (1993, 2020), Pêcheux (1995, 1997). Selecionamos os discursos de posse de Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista de Oliveira Figueiredo, pois representam os 21 anos desse triste e conturbado capítulo da História brasileira. Ao final, percebemos que a noção de democracia, tão enfatizada, tem um papel fundamental, que é o de encobrir a estrutura de um regime marcado pela repressão, perseguições, torturas e mortes, alinhado a um viés argumentativo perpassado por uma “retórica da esperança”. Além disso, durante o processo de análise, percebemos tendências discursivas e ideológicas da época, que nos possibilitou conhecer a conjuntura sócio-histórica do país.

**Palavras-chave:** análise do discurso; discurso político; ditadura militar no Brasil; presidentes brasileiros.

## ABSTRACT

Political speeches studies can be considered monotonous and without scientific relevance for some people. As we analyze pronouncements, we are studying our history, our life and our relationships with society. The analysis of political discourse instigates our critical and reflective thinking. From this perspective, this work aims to analyze the inaugural speeches of the former presidents of Brazil during the period of the Military Dictatorship as a way of contributing to current linguistic studies. We aim, therefore, to debate the concept of hope, which is strongly presented in these discursive structures, in the political field. In any social context, power and speech are fundamental tools for communicating, positioning someone and, above all, to influence other people. Therefore, studying the inaugural speech of former presidents is necessary to identify the ideological directions, forms of government and their management expectations. In addition, the important thing is to realize which ideological values are being conveyed in these political discourses. This study is based on Thompson (1990), Charaudeau (2008, 2015, 2016), Fiorin (1988), Orlandi (1993, 2020), Pêcheux (1995, 1997). We selected the inaugural speeches performed by the following former presidents Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel and João Baptista de Oliveira Figueiredo, as they represent the 21 years of this sad and troubled chapter of Brazilian history. In the end, we realized that the notion of democracy, so emphasized, has a fundamental role, which is to cover up the structure of a period in our history marked by repression, persecution, torture and death, aligned with an argumentative tendency masked by a “rhetoric of hope”. In addition, during the analysis process, we noticed discursive and ideological trends of that period, which allowed us to understand the socio-historical situation of the country.

Keywords: discourse analysis; political speech; military dictatorship in Brazil; Brazilian presidents.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
Arena	Aliança Renovadora Nacional
AI	Ato Institucional
CAD	Centre d'Analyse du Discours
CN	Congresso Nacional
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
ESG	Escola Superior de Guerra
FD	Formação Discursiva
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PP	Partido Popular
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
SD	Sequência Discursiva
SNI	Serviço Nacional de Informação
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>DISCURSO E POLÍTICA: APONTAMENTOS TEÓRICOS</b>	<b>16</b>
2.1	Sujeito, discurso e ideologia	16
2.2	Discurso político e relações de poder	21
2.3	Argumentação no discurso político	25
<b>3</b>	<b>A DEMOCRACIA E A ESPERANÇA COMO ARGUMENTOS</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>35</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS PRONUNCIAMENTOS DE POSSE</b>	<b>37</b>
5.1	Castelo Branco: a construção das bases do regime ditatorial	38
5.2	Costa e Silva: o fortalecimento dos mecanismos de repressão	49
5.3	Médici: o progresso alicerçado nas desigualdades sociais	55
5.4	Ernesto Geisel: a abertura política lenta, repressiva e violenta	60
5.5	João Figueiredo: o início do fim	63
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>71</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa intitulada “discurso, poder e política: a máscara da ditadura militar brasileira nos pronunciamentos de posse presidenciais”, além de apresentar relevância científica em decorrência do seu eixo temático, tem uma importância pessoal para o autor, pois, particularmente ele possui grande afinidade com questões políticas desde o Ensino Médio por meio do movimento estudantil. Acreditamos que a política, a democracia e a participação popular são mecanismos que contribuem para uma plena sociedade mais justa, igualitária e sustentável. É nesse contexto que o discurso se encaixa perfeitamente, pois precisamos dele para dialogar e apresentar nossas visões e outras perspectivas de mundo, podemos mudar a realidade de diversas pessoas a fim de buscar novos horizontes.

Ficamos motivados a produzir esta pesquisa, pois ela contém um olhar interdisciplinar e um trânsito harmônico com as áreas da Linguística e das Ciências Humanas, além de corroborar com área de concentração do Programa de Pós-Graduação que é Estudos Interdisciplinares da Linguagem que visa estudar a relação e interação entre língua, literatura e outras manifestações da linguagem, com foco em questões relativas à sociedade, história e cultura, resultantes de atividades ligadas ao texto, discurso, enunciação, tradições discursivas, manifestações literárias e construção de identidade.

Nessa perspectiva, temos como objetivo principal analisar os pronunciamentos de posse dos cinco ex-presidentes brasileiros da Ditadura Militar: Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Beckmann Geisel e João Baptista de Oliveira Figueiredo. Além disso, buscamos identificar quais condições sociais e/ou ideológicas os discursos de posse estão fundamentados com a finalidade de destacar macro e microestruturas semânticas relacionadas a temática de esperança e democracia. Elucidar o conceito de esperança e democracia que são fortemente apresentados nos pronunciamentos de posse, propriamente ditos do campo político

Portanto, analisar os discursos dos ex-presidentes serve para revisitarmos a História brasileira, bem como redescobrir como a sociedade se comportava naquela situação. Assim, como afirma Siqueira (2008 *apud* COSTA, 2008, p. 50), “a História serve para se entender o desenvolvimento das sociedades e dos valores da humanidade; com ela o historiador constrói e divulga conceitos e ideologias com o

intuito de promover uma melhora na vida das pessoas”. Assim como afirma Alfredo Boulos (2018),

Se a destruição do passado pode resultar em uma tragédia para as novas gerações, a alienação dela decorrente pode facilitar a emergência e a imposição de ditaduras brutais, como as que vitoriam nas décadas de 1930 e 1940 em países da Europa Ocidental e Oriental. Ademais, a consciência de que o passado se perpetua no presente é fundamental para o nosso sentido de identidade. **Saber o que fomos ajuda-nos a compreender o que somos; o diálogo com outros tempos aumenta a nossa compreensão do tempo presente (BOULOS, 2018, p. IV, grifo nosso).**

Em outras palavras, ao realizar esta pesquisa estamos revisitando a História, para que possamos compreender e refletir sobre o passado da sociedade, além de construirmos nossas identidades sociais. Portanto, “saber o que fomos ajuda-nos a compreender o que somos; o diálogo com outros tempos aumenta a nossa compreensão do tempo presente” (BOULOS, 2018, p. IV).

Desde 1500, a História brasileira é repleta por conflitos, golpes e revoluções, mas também por retrocessos e avanços significativos. Isso é interessante perceber, pois fica evidente o pensamento cultural da sociedade em cada fase. Divergências de ideias sempre permearam o cenário da humanidade, e a cobiça pelo poder sempre esteve como foco de qualquer indivíduo. Na conjuntura brasileira, isso não seria diferente. Surge, então, João Goulart, presidente progressista que pretendia fazer diversas reformas políticas, tributárias e econômicas com a finalidade de mudar de forma estruturante o cenário desigual do País, alicerçado em grandes desigualdades sociais.

Mas, o conservadorismo permeava um grupo privilegiado que detinha grande influência nos poderes da República e da mídia. Essas reformas não agradaram esse seleto grupo, pois acreditavam que estavam fundamentadas em um “viés de esquerda”, portanto, iniciaram articulações para barrar o andamento das ações progressistas e inovadoras. Culminando assim, em 31 de março de 1964, as Forças Armadas brasileiras realizaram um golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, instalando no Brasil uma ditadura militar. Foi um regime político que durou 21 anos, ao longo dos quais membros das Forças Armadas centralizaram os poderes do Estado, negando à maior parte dos cidadãos a participação e a decisão nas instituições estatais. Tal regime teve como um dos argumentos combater uma suposta ameaça comunista no Brasil, em período de Guerra Fria (BRAICK, 2013).

Os ex-presidentes que usurparam o poder são personalidades emblemáticas que representam de forma significativa esse triste período, pois retratam as duas décadas de forte opressão dos governos militares, além de demonstrar o início e o ápice do regime ditatorial por meio dos Atos Institucionais (AI's), especialmente o AI-5, considerado o mais opressivo de todos os atos da ditadura militar, com o poder de fechar o Congresso Nacional, fazer leis, ordenar a intervenção nos estados e municípios, além de cassar políticos eleitos pelo povo e decretar estado de sítio<sup>1</sup>. Os AIs eram um conjunto de leis que foram promulgadas pelo Poder Executivo entre 1964 e 1969, sem aprovação do Congresso Nacional, com o objetivo de legalizar o regime e centralizar o poder nas mãos dos militares. Ao todo, foram promulgados dezessete Atos Institucionais (BRAICK, 2013).

Foi incorporada uma crença de que os que possuem o poder tudo podem por meio das práticas violentas, ressurgindo grotescas tradições escravocratas e dos ensinamentos perversos dos agentes de repressão, especialmente dos fundamentos da Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* - CIA) dos Estados Unidos (EUA).

Nesse contexto,

O golpe de 1964 representou a aliança entre a burguesia industrial e financeira (nacional e internacional), o capital mercantil, latifundiários, intelectuais tecnocratas e militares. As crises política e econômica unidas ao “medo comunista” forneceram às Forças Armadas, respaldadas pela articulação dos estratos da classe dominante, as razões para intervir na crise hegemônica do Estado brasileiro implementado em 1946 nos moldes liberais, agora, ineficiente e incapaz de garantir as relações essenciais de dominação capitalista. A justificativa utilizada pelos militares com vistas a dar legalidade ao golpe foi orientada pelo discurso da necessidade de combater o comunismo, a preservação dos princípios democráticos e a urgência de promover o desenvolvimento capitalista para a construção do Brasil enquanto Grande Potência Mundial (SANTOS & BEZERRA NETO, 2010, p. 117).

Estudar discursos políticos, para alguns, pode ser considerado algo monótono e sem relevância científica, mas discordamos totalmente dessas afirmações incoerentes. Ao analisar pronunciamentos, estamos estudando a nossa História,

---

<sup>1</sup> É uma medida extrema em que o Governo Federal ganha precedentes sobre os Poderes Legislativo e Judiciário e sobre as liberdades individuais. Ou seja, implica na suspensão do exercício dos direitos, liberdades e garantias. Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/politica/estado-sitio.htm>

nossa vida e nossas relações com a sociedade. A análise do discurso político instiga nosso pensamento crítico e reflexivo. Sabemos que a sociedade necessita conhecer e identificar os discursos que são pronunciados pelas pessoas investidas em poderes, especialmente as autoridades e os políticos. Talvez, para alguns, isso possa ser interpretado como um pensamento utópico, pois exigiria que a população tivesse um alto nível de instrução escolar para compreender, com criticidade, os pronunciamentos expostos pelos agentes públicos.

Nesse contexto, entrelaçamos nossas análises com os fundamentos teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, a fim de construir argumentos e percepções acerca da temática aqui exposta. A “AD é um campo de pesquisas que não possui uma metodologia pronta” (MARQUES, 2011, p. 61). Nesse sentido, ao utilizarmos elementos que compõem o arcabouço teórico da pesquisa, estaremos ao mesmo tempo alcançando os dispositivos analíticos.

Sabemos que os discursos carregam marcas contextuais, históricas e sociais que contribuem, de forma significativa, para a compreensão das nossas análises. Compreendemos que o discurso está situado no lugar do social, enquanto o texto se situa de forma individual. No entanto, o mesmo discurso pode surgir em muitos textos diferentes, como afirma Fiorin (1988):

O discurso não é um amontoado de frases, mas é regido por leis de estruturação, para que ganhe sentido. Esses mecanismos de estruturação discursiva, sua sintaxe, são dotados de uma relativa autonomia em relação às formações sociais. Mecanismos como o discurso direto, o discurso indireto, o discurso indireto livre, uma vez criados, podem veicular conteúdos de distintas formações ideológicas. Isso significa que o lugar por excelência da manifestação ideológica é o nível semântico do discurso. (FIORIN, 1988, p. 7).

Em outras palavras, Fiorin (1988) destaca que não podemos apenas selecionar trechos e analisar discursos de forma isolada e aleatória, mas estudá-los de forma organizada, observando a conjuntura específica, o lugar de fala, o ator, entre outros fatores que influenciam as percepções discursivas. Se não seguirmos esses preceitos fundamentais, iremos de encontro aos conceitos da AD. Portanto, o objeto das nossas análises não é uma fala nem um texto restrito, mas toda a estrutura que compõe os elementos linguísticos e que é capaz de ampliar os horizontes da nossa investigação.

Como recorte para o *corpus* de pesquisa, selecionamos os pronunciamentos de posse realizados no Congresso Nacional, pois eles apresentam um discurso mais formal e com detalhes estratégicos e técnicos. Ou seja, o empossado detalha sua futura forma de governo explanando e contextualizando os desafios e problemas do país, transitando entre diversas áreas e temáticas consideradas essenciais para o pleno desenvolvimento da nação.

Já a saudação ao povo brasileiro, por sua vez, é realizada no parlatório, localizado em frente ao Palácio do Planalto. O discurso, nesse contexto, fica mais eloquente e emocionante, com uma linguagem mais informal e popular, voltada à sociedade em geral, além de seguir uma linha com viés comemorativo e de agradecimento à nação.

Nos discursos enunciados no Congresso Nacional, que são o foco da nossa pesquisa, percebemos uma explanação com mais detalhes e informações políticas agregadoras. Eles trazem um diagnóstico do país e remetem à conjuntura política do momento. Além de declarar o compromisso constitucional, conforme o parágrafo segundo do artigo 83 da Carta Magna, jurando “manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil” (BRASIL, 1946), o empossado está perante o Congresso Nacional, repleto de autoridades nacionais e internacionais. Segundo o Palácio do Planalto (2019), a posse presidencial foi inicialmente detalhada por um decreto aprovado em 1972, ainda no período militar. No entanto, o teor do compromisso constitucional, que deve ser assumido pelo presidente da República, foi incluído na Constituição de 1946, por meio da Emenda Constitucional nº 9, de 1964.

Por isso, esse tipo de discurso tem uma exposição mais ampla, culta e detalhada, por se tratar de uma solenidade oficial em que, sem o referido ato (juramento), o presidente não toma posse. Ademais, o chefe do poder executivo federal declara suas intenções e sua visão para o mandato que lhe foi outorgado, de forma direta ou indireta, pela população brasileira.

Para que possamos chegar aos nossos objetivos propostos, a dissertação está dividida em quatro partes, compreendendo os principais conceitos norteadores e estruturantes deste trabalho. A primeira traz apontamentos teóricos referentes à relação discurso/política com foco em apresentar noção de sujeito, poder e ideologia

por meio da argumentação. A segunda parte discute o conceito de democracia, que é apresentado como argumento discursivo nos pronunciamentos de posse. A terceira parte discorre sobre a metodologia e como realizamos os recortes das sequências discursivas. Em seguida, iniciamos o processo de análise dos discursos de posse dos ex-presidentes do Brasil e, concluímos com as considerações. Acreditamos que esta pesquisa possui grande relevância acadêmica e social, pois trabalhamos com temáticas que exigiram uma imersão extremamente aprofundada e detalhada. Temos certeza de que este trabalho tem a possibilidade de instigar, influenciar e incentivar novas produções acadêmicas relacionadas a esses assuntos tão pertinentes e atuais.

Ao realizarmos um levantamento no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) encontramos apenas 25 artigos nos últimos 20 anos relacionados a busca “discurso de posse presidencial”. Desse acervo, é interessante destacar que 84% dos artigos foram publicados nos últimos cinco anos. Isso demonstra que o nosso trabalho tem características pioneiras na área da linguística, além de apresentar uma visão interdisciplinar de análise.

## **2. DISCURSO E POLÍTICA: APONTAMENTOS TEÓRICOS**

A compreensão da relação entre discurso e política, na análise de nosso objeto de pesquisa, requer um diálogo centrado com a linguística por meio da Análise do Discurso e das teorias da argumentação, mas por se tratar de uma pesquisa que necessita de ampla fundamentação requer também uma vinculação com as Ciências Humanas. Transitar por essas diversas áreas do conhecimento necessita de uma maturidade para que o pesquisador não perca o foco principal do trabalho, pois esses campos possuem uma grande gama de teorias que estão interconectadas. Portanto, diante da pluralidade de conteúdos, organizamos esta seção de modo a delinear as contribuições específicas dadas pela área norteadora do nosso objeto, a fim de que o leitor perceba o encadeamento das ideias e compreenda as noções básicas relativas ao discurso político. Nesse sentido, a seção traz apanhados estruturantes das questões teóricas que servirão de base para as análises.

### **2.1 Sujeito, discurso e ideologia**

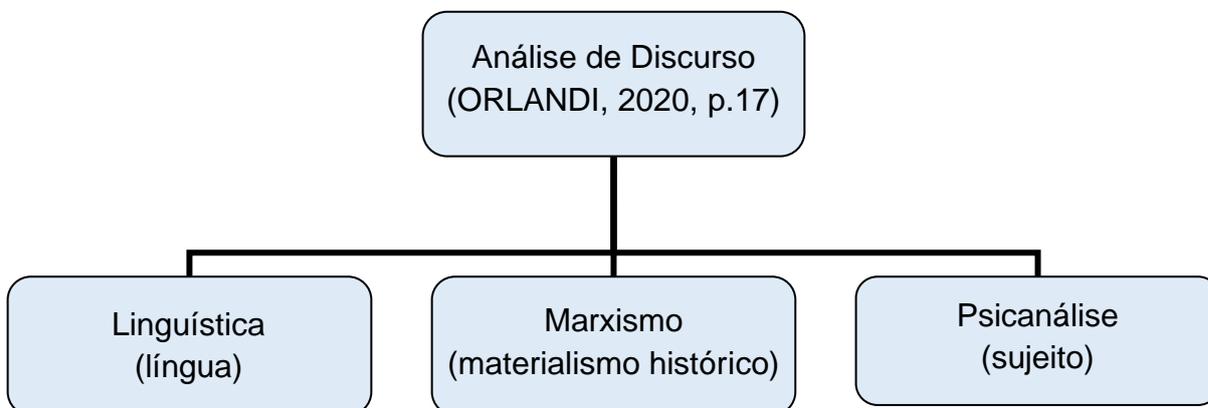
A Análise de Discurso (AD) de linha francesa, base teórica da nossa pesquisa, não é um campo de investigação que considera exclusivamente o texto pelo texto. Esse campo de estudos se relaciona com os efeitos de sentido dos enunciados, tendo como filiações teóricas a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Nesse sentido, possui como objeto de estudo a língua alinhada ao materialismo histórico, pois, para realizarmos qualquer tipo de análise, precisamos considerar o contexto histórico, as práticas de dominação social e a luta de classes. A AD considera o contexto situacional dos interlocutores, que são os sujeitos, e o papel desses personagens no interior das práticas sociais.

Corroborando nossas afirmações acima expostas, trazemos a citação de Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi, linguista e professora universitária brasileira que foi pioneira na área da análise do discurso no Brasil, com base nos trabalhos de Michel Pêcheux:

Nos anos 60, a Análise de Discurso se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. (ORLANDI, 2020, p. 17).

Nesse contexto, como forma de facilitar a compreensão, apresentamos a seguir a figura 1 sobre os três domínios disciplinares da AD:

**Figura 1** – Esquema didático sobre os três domínios disciplinares da AD



Fonte: Elaboração própria (2022).

Esses três domínios disciplinares mencionados por Orlandi são a base da AD, pois estão relacionados às noções de língua, História e sujeito. A língua não como instrumento de comunicação, não inserida numa visão estruturalista, mas sim contextualizada numa perspectiva dialógica. A História vinculada ao Marxismo, que leva em consideração as lutas de classe, a hierarquização social e a relação entre opressor e oprimido. Como o ser humano atua nessa celeuma? Ele se insere, aí, como sujeito que exerce suas atividades influenciado por estruturas sociais que moldam sua vida, assujeitando-se a elas ou buscando transformá-las.

O discurso é uma espécie de força que une a todos nós, participamos a todo momento, de um jogo de lutas ideológicas em que alternamos resistência e concordância, conforme nos dizem Orlandi (1993), Maingueneau (2015), Charaudeau (2015), entre outros. A linguagem possibilita ao homem raciocinar e atuar e, por isso, não há ação sem pensamento, nem pensamento sem linguagem. Portanto, é correto admitir que a linguagem seja um poder e, segundo Patrick Charaudeau (2008), talvez o primeiro poder do homem.

Na ocasião, abrimos um espaço para a explanação sobre o conceito de ideologia, que surge com o filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836). A palavra, originalmente, diz respeito a uma “ciência das ideias”, que compreende o estudo de sua origem e desenvolvimento. Contudo, sabemos que, hoje, o termo se generalizou

para referir-se ao conjunto das ideias que representam determinado grupo social (econômico, político, religioso etc.).

No âmbito do materialismo histórico, a palavra ideologia tem uma compreensão singular: trata-se, não exclusivamente, de um conjunto de ideias que elaboram uma análise/entendimento da realidade, mas também de um conjunto de ideias e pensamentos que dissimulam/mascaram essa realidade, porque mostram as coisas de forma apenas parcial ou distorcida em relação ao que realmente são. Ou seja, nos postulados de Karl Marx a ideologia busca ocultar ou dissimular a realidade visando o domínio de uma classe social sobre outra. Nessa situação, ela teria atribuições como a de preservar o *status quo* da dominação de classes, apresentando argumentos de conciliação para evitar conflitos entre opressores e oprimidos.

Além disso, Fiorin (1988) afirma que “ideologia é o conjunto de representações elaboradas a partir da aparência do real, o conjunto de racionalizações que justificam, no nosso caso, a sociedade burguesa” (FIORIN, 1988, p. 13). A sociedade materializa nossos pensamentos, e as nossas visões de mundo são moldadas por diversas percepções.

As ideologias estão associadas aos discursos, não existindo neutralidade em nossos enunciados, e isso ocorre porque o discurso é o modo pelo qual a ideologia se materializa. A ideologia pode ser considerada como uma noção mais abstrata, mas ela tem uma existência material, apresentando-se por meio dos discursos que produzimos e enunciamos.

Além disso, “a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” (CHAUÍ, 2012, p. 7). Ou seja, vivemos em uma sociedade em que a reificação predomina em todos os setores, especialmente o político. Ocultar a luta de classes, a exploração, as desigualdades sociais são características do processo ideológico. Sendo assim,

[...] “a ideologia nasce para fazer com que os homens criem que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado), que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam” (CHAUÍ, 2012, p. 95-96).

O ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.

Reconhecemos que o conceito de ideologia é muito abrangente e complexo para ser discutido, mas, ainda assim, ampliando a explanação conceitual, trazemos os postulados de Louis Althusser (1985) abordados no livro *Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)*. Segundo o autor:

A representação ideológica da ideologia é obrigada a reconhecer que todo o **'sujeito'**, dotado de uma **'consciência'** e crendo nas **'ideias'** que a sua consciência lhe inspira e que aceita livremente, deve **'agir segundo as suas ideias'**, deve, portanto, inscrever nos actos da sua prática material as suas próprias ideias de sujeito livre. (ALTHUSSER, 1985, p. 86, grifos nossos).

Pêcheux (1995) aborda a constituição do sujeito dentro das relações de força e amplia o pensamento de Althusser, trazendo o conceito de formação discursiva para alicerçar sua teoria. Esse conceito será discutido em seguida neste trabalho. Além disso, o lugar do “simbólico” aqui é importante, porque é a linguagem (símbolo) que é usada para a produção dos sentidos no campo da política: “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1995, p. 92), e essa relação se constrói por meio de conflitos e diálogos.

Perante o exposto, podemos trazer à tona as afirmações de Maria Cristina Leandro Ferreira Ferreira (2003) quanto à discussão sobre a questão do sujeito, quando afirma que:

[...] o sujeito assim como é afetado pela formação discursiva onde se inscreve, também a afeta e determina em seu dizer. O efeito-sujeito seria o resultante desse processo de assujeitamento produzido pelo sujeito em sua movimentação dentro de uma formação discursiva. (FERREIRA, 2003, p. 43).

O sujeito, como agente inserido em um contexto social e histórico, está passível de influências que moldam o seu pensamento. Sendo assim, as diversas formas de viver, de agir e de pensar apontam ideologias atreladas ao nosso cotidiano. As diferentes posições dos sujeitos, os embates e as situações divergentes são marcas ideológicas. Nesse sentido, a ideologia está estreitamente interligada com as noções de sujeito e discurso, dizendo respeito à concepção de mundo do sujeito inserido em determinado contexto social, numa determinada

circunstância histórica. Enfim, “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 1998, p.17).

Além disso, o sujeito discursivo é multifacetado, ou seja, é moldado por diferentes vozes e, por isso, inscreve-se em diferentes formações discursivas e ideológicas. Pêcheux (1997) discorre que a formação discursiva (FD) faz-se em uma formação ideológica dada, a partir de um posicionamento dado, de uma circunstância estabelecida pelo estado de luta de classes, que determina “o que pode e o que deve ser dito” (1997, p. 73) estruturado sob a maneira de uma apresentação, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.

Seguindo a reflexão de Pêcheux (1997), a FD possui uma heterogeneidade em sua formação. Dentro de uma FD há, simultaneamente, sujeitos identificados, em maior ou menor grau, com discursos procedentes de outras formações discursivas. Dessa forma, o discurso liga-se a uma memória social. Uma formação discursiva determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Assim, ela é marcada por regularidades, ou seja, por “regras de formação” concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) ao seu domínio (MUSSALIM, 2003, p. 119). As formações externas são caracterizadas por um domínio discursivo dissociado daquilo com o que o sujeito está familiarizado.

Para Mussalim (2003), as formações discursivas são relacionadas a outras formações discursivas, ou seja, um discurso é formado a partir de outro discurso. Dessa maneira, as palavras, expressões, possuem significado por meio da formação discursiva na qual são produzidas. Por exemplo, as palavras “esperança” e “democracia” (foco deste trabalho) podem aparecer com sentidos diversos nos pronunciamentos, e isso vai denunciar a inscrição em formações discursivas diferentes. A partir desse quadro, o conceito de FD é utilizado pela Análise de Discurso (AD) para explicar em que ponto a ideologia se articula com a linguagem. Entende-se que uma formação discursiva é dirigida por uma formação ideológica: a formação discursiva é a formação ideológica pensada no âmbito da linguagem. Portanto, os discursos são determinados por formações ideológicas que se compõem de várias formações discursivas interligadas (PÊCHEUX, 1997).

## 2.2 Discurso político e relações de poder

Patrick Charaudeau, teórico dos estudos do discurso, especialmente da área do discurso político, afirma que “a política é o que mantém no cerne da sociedade a esperança de um futuro melhor. A fala política é onde se misturam esperanças e ações, onde se efetua, por conseguinte, um contrato de idealidade social entre dirigentes e cidadãos” (CHARAUDEAU, 2016, p. 19). Sendo assim, a política faz parte do nosso cotidiano e influencia nossas vidas de forma direta e indireta.

O termo “política” teve sua origem na Grécia antiga e foi sendo ressignificado ao longo do tempo. A palavra “política” está estreitamente relacionada à ideia de poder. Segundo Nicolau Maquiavel (1469-1527), o fundador da política como ciência, a política é a arte de conquistar, manter e exercer o poder. Já para Michel Foucault (1926-1984), o poder não se concentra somente no Estado, mas está distribuído por todo o corpo social (SILVA; SILVA, 2005, p. 335)

De qualquer forma, sabemos que existe relação de poder entre estudantes e professores, governantes e governados, entre pais e filhos, chefes e funcionários. A ascensão ao poder está estreitamente ligada ao discurso, nas formas, por exemplo, de persuadir o cliente, o eleitor e a população em geral. Em qualquer contexto situacional, poder e discurso são ferramentas fundamentais para se comunicar, se posicionar e, principalmente, influenciar outras pessoas. Por séculos, o poder sempre foi algo cobiçado pelas pessoas como forma de dominação, controle e *status* social. Diante disso, José Nivaldo Júnior afirma:

O poder é a única forma eficaz encontrada pela sociedade humana para viabilizar sua reprodução e sua sobrevivência. Na sociedade competitiva dos últimos seis milênios, o poder vem sendo o coroamento das outras duas maiores aspirações do ser humano: a riqueza e o prestígio. Riqueza, prestígio e poder andam juntos, através do tempo. (NIVALDO JÚNIOR, 2012, p. 28).

Ao afirmar que o “poder é a única forma eficaz encontrada pela sociedade humana para viabilizar sua reprodução e sua sobrevivência”, Nivaldo Júnior (2012), em nossa concepção, esclarece que, após a gradativa ascensão do pensamento filosófico e sua ruptura com o pensamento mítico, ao longo de seis milênios a própria humanidade segue testemunhando e, ao mesmo tempo, corroborando uma

cultura de exclusão que se conecta diretamente a uma 'pseudodemocracia'<sup>2</sup> dentro do próprio convívio social. Percebe-se claramente que, ao lado da riqueza e do prestígio, a incessante saga pela obtenção do poder segue sendo, também, um dos projetos de ambição do ser humano.

Ao longo do tempo, o poder também passou a significar a capacidade de controlar, submeter e impor. O poder pode ser econômico, político, familiar ou de persuasão, e acompanha os seres humanos desde a sua origem. A capacidade de convencimento torna as pessoas poderosas. Temos, na política, portanto, um campo fértil para a investigação do discurso. Cada representante político usa, contínua e necessariamente, recursos para explicar, convencer, persuadir, ofender, atacar, defender-se etc., de forma que não dá para pensar em política sem associá-la ao discurso.

Sabemos que poder e política estão fortemente interligados, especialmente em situações de tomada de decisões e na condução da gestão. A conquista da opinião pública não é um desafio fácil ou organizado, semelhante a uma receita de bolo, mas construída de forma sistemática. Poder, discurso e política são pilares estruturantes para influenciar as pessoas na forma de agir e pensar.

Além disso, o modo como se diz ou comunica algo, a altura da voz, o ritmo, as qualidades da voz, a articulação, a dicção, as pausas ou traços suprasegmentais, isto é, a linguagem não verbal pode interferir ativamente no significado e na comunicação. Portanto, acreditamos que a linguagem não verbal é um dos instrumentos essenciais para a organização do discurso. Ela foi muito utilizada por diversos personagens da História com a finalidade de atrair às massas.

Por exemplo, desde o período clássico da história da Grécia antiga, com a instituição democrática ateniense – proporcionado a participação de um número maior de habitantes na discussão sobre temas práticos e públicos – favoreceu também o desenvolvimento de uma cultura que valorizava o uso da palavra e da razão. As habilidades argumentativas e dialéticas dos cidadãos tornaram-se um bem cada vez mais apreciado. Foi nesse contexto que apareceram os sofistas e Sócrates. Segundo alguns estudiosos, as lições dos sofistas tinham como principal objetivo o desenvolvimento do poder de argumentação, a habilidade retórica, bem

---

<sup>2</sup> Entendemos por pseudodemocracia uma forma de governo com aparência de democracia, mas na qual não vigem os princípios estruturantes democráticos, ou seja, uma ditadura disfarçada. Por exemplo, a pseudodemocracia dos poderes públicos na América Latina.

como o conhecimento de doutrinas divergentes. De acordo com essa interpretação, eles transmitiriam todos um jogo de palavras, raciocínios e concepções úteis para driblar as teses dos adversários e convencer as pessoas (COTRIM, 2010).

O momento histórico vivido pela civilização grega contribuiu para o surgimento dessa atividade, especialmente em decorrência das lutas políticas e intenso conflito de opiniões nas assembleias democráticas. Por isso, muitos cidadãos sentiam a necessidade de aprender a retórica ou oratória – arte de falar e argumentar em público – para conseguir persuadir as pessoas em assembleias e, muitas vezes, fazer prevalecer seus interesses individuais e de seu grupo social.

Esses exemplos servem para argumentar que os discursos possuem força para transformar a realidade social de forma positiva ou negativa. É nesse contexto que pretendemos discorrer sobre o conceito de discurso político e suas características. Para Charaudeau (2006), o discurso político é sempre um discurso dirigido, e os seus receptores, os cidadãos, são parte integrante dele.

Nessa integração surgem as relações de poder, pois acreditamos nos postulados de Max Weber, ao afirmar que o poder político está diretamente relacionado à dominação e à violência, seguindo uma hipótese geral: as relações humanas se fundam nas relações de dominado e dominante. O Estado exerce esse papel, pois detém a força de dominação, impõe sua autoridade através de uma violência mascarada por uma legalidade jurídica, obrigando a população a se submeter às regras e determinações.

[...] o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima [...]. O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetem à autoridade reivindicada pelos dominadores. (WEBER, 2011. p. 56-57).

A submissão só ocorre em decorrência da violência, que pode ser não apenas física, mas também psicológica, simbólica, moral, econômica e social. Tudo aquilo que nos afeta de forma negativa pode ser caracterizado como uma violência, que priva nossa liberdade e independência humana: é um ato de opressão e controle. “O Estado tem um poder originário e autônomo que prevalece sobre os indivíduos em todos os setores da vida” (FIORIN, 1988, p. 100). Estamos diariamente submetidos a diversos sistemas de violência e opressão, mas estão todos mascarados numa legalidade, para que a ordem social não seja quebrada.

Assim como afirma Marilena Chauí (2012):

O Estado aparece como a realização do interesse geral (por isso que Hegel dizia que o Estado era a universalidade da vida social), mas, na realidade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência de interesses de toda a sociedade. O Estado não é um poder distinto da sociedade, que a ordena e regula para o interesse geral definido por ele próprio enquanto poder separado e acima das particularidades dos interesses de classe. Ele é a preservação dos interesses particulares da classe que domina a sociedade. Ele exprime na esfera da política as relações de exploração que existem na esfera econômica. [...] o Estado não poderia realizar sua função apaziguadora e reguladora da sociedade (em benefício de uma classe) se aparecesse como realização de interesses particulares, ele precisa aparecer como uma forma muito especial de dominação: uma dominação impessoal e anônima, a dominação exercida através de um mecanismo impessoal que são as leis ou o Direito Civil. Graças às leis, o Estado aparece como um poder que não pertence a ninguém. (CHAUÍ, 2012, p. 77-78).

Para que possamos adentrar as estruturas estatais, mesmo de forma democrática ou ditatorial, devemos conhecer as estratégias discursivas aí presentes. Em cada situação de oposição (“fora da governança”) ou situação (“dentro da governança”), podem ser utilizados diversos tipos de palavras. Charaudeau (2006) categoriza-as como palavras de promessa, decisão, justificação e dissimulação.

A estratégia discursiva de **promessa**, característica de um discurso de posse, busca definir uma idealidade social, pois apela para que a população tome para si o seu projeto, além de apelar por meio da razão ou da emoção, em encenações como comícios, entrevistas, pronunciamentos, declarações midiáticas, cartazes, *slogans*, *jingles* etc.

A palavra de **decisão** é, essencialmente, uma palavra de ação fundada sobre uma posição de legitimidade. Decisão de intervir ou não em um conflito, decisão de editar leis, atos que são realizados por uma palavra decisional. Nesse contexto, toda decisão precisa ser **justificada**, pois essas ações são constantemente interrogadas ou questionadas pelos adversários políticos ou pelos movimentos sociais. Sendo assim, o discurso de justificação volta-se sobre a ação para lhe dar (lembrar) sua razão de ser. Ou seja, o discurso de justificação confirma o fundamento da ação e abre a possibilidade de novas ações complementares (CHARAUDEAU, 2006, p. 259-260).

Por fim, mas não menos importante, o aspecto da **dissimulação** diz respeito ao fato de o ator político ter ciência dos atos proferidos e nunca dizer qualquer frase. Ele precisa “prever três coisas: as críticas de seus adversários, os efeitos perversos da informação midiática e os movimentos sociais que deve tentar antecipar ou neutralizar” (CHARAUDEAU, 2006, p. 261). Essas características podem ser inseridas no campo da argumentatividade, que será apresentada na subseção seguinte.

Portanto, “o campo político é um domínio onde se movem relações de força simbólicas para a conquista e a gestão do poder” (CHARAUDEAU, 2006, p. 267). O processo que vai da conquista até a manutenção do poder envolve tarefas que não são fáceis e que requerem muita reflexão, bem como a utilização de estratégias que, às vezes, não são pautadas em preceitos éticos.

### **2.3 Argumentação no discurso político**

Nesta subseção, pretendemos debater sobre a argumentação no discurso político. De Charaudeau (2015, p. 10), trazemos a seguinte citação: “O discurso político é por excelência o lugar de um jogo de máscaras” (CHARAUDEAU, 2015, p. 10). Podemos construir uma analogia com o uso das máscaras durante o período da Grécia Antiga em alusão aos diversos personagens e papéis sociais que o cidadão poderia exercer.

Para contextualizar, o teatro grego teve origem por volta do século V. a.C, onde havia o costume dos cultos e oferendas aos deuses gregos. Com função social e cívica, o teatro e suas representações estavam associados às festividades religiosas, sobretudo, às celebrações que saudavam o deus do vinho, Dionísio. Esses rituais foram levados para Atenas, inaugurando as Grandes Dionisíacas, festivais de coros que disputavam competições. Nesse contexto, os atenienses introduziram a representação de falas e atos de personagens por meio de gestos e expressões faciais. O principal gênero dos espetáculos teatrais gregos era a tragédia. Sua narrativa centrava-se no conflito entre a vontade humana, representada pelos heróis, e a vontade divina, representada pelos deuses. Em seguida, surgiu a comédia. Ela provocava o riso, ridicularizando os vícios da população, dos governantes, dos artistas e até mesmo dos deuses. Portanto, quando iam ao teatro, os gregos viam seus próprios conflitos representados no

palco. Identificando-se com personagens, rindo ou sofrendo com eles, o público refletia sobre suas próprias atitudes no dia a dia (FERNANDES, 2018, p. 141). O uso da máscara era um item essencial, pois permitia que o ator exercesse diversos personagens e funções durante o decorrer do espetáculo.

No campo da política, isso ocorre fortemente, pois um político deve ser um personagem multifacetado, articulado e adaptável a qualquer situação. Esse jogo de máscaras se constrói por meio da argumentação, do diálogo e do discurso.

Nesse sentido, surgem as estratégias discursivas que são caracterizadas por meio do *ethos*, do *pathos* e do *logos*, que podemos conceituar, em linhas gerais, da seguinte forma: o *ethos* faz referência à construção e personificação da imagem de si, ou seja, às estratégias que visam construir uma credibilidade política; o *pathos* mostra-se quando o político utiliza os sentimentos, as paixões e as emoções para persuadir a instância cidadã, visando alcançar mais apoiadores de suas pretensões e projetos políticos; por fim, o *logos* são os argumentos utilizados pelos políticos a fim de conscientizar, persuadir e manipular os eleitores/cidadãos a fazerem parte dos programas e ações político-ideológicas. Ou seja, o sujeito não precisa apresentar argumentos rebuscados e pomposos para persuadir o público, mas “propor um argumento simples, apoiando-se em crenças fortes supostamente partilhadas por todos e [...] reforçá-las apresentando argumentos destinados a produzir um efeito de provas” (CHARAUDEAU, 2015, p. 101). Podemos corroborar nossas afirmações da seguinte forma:

As condições de argumentação podem ser consideradas [...] em sua perspectiva persuasiva, isto é, não se trata tanto de desenvolver um raciocínio lógico com abordagem explicativa ou demonstrativa, que tende a elucidar ou a fazer existir uma verdade, mas de mostrar a força da razão. (CHARAUDEAU, 2015, p. 101).

As estratégias acima mencionadas são fundamentais para o arcabouço teórico da Análise do Discurso Político, pois trazem referências essenciais na construção de um discurso que “mascara” suas intenções e demonstra suas virtudes e ideologias. Dessa forma, para que o *logos* se concretize como argumentação, ele precisa ser produzido por meio de evidências compartilhadas (AMOSSY, 2020):

Lugar-comum, opinião compartilhada e ideia preconcebida: pode-se manter o valor coercitivo e injuntivo da noção de ideia preconcebida, considerando o lugar-comum um tema desgastado ou uma opinião

compartilhada que insiste somente sobre o caráter coletivo de uma ideia, de uma tomada de posição, sobre seu compartilhamento e sua circulação em uma comunidade. (AMOSSY, 2020, p. 122).

Ruth Amossy, professora emérita da Universidade de Tel Aviv, diretora de um grupo de pesquisa em Análise do Discurso, Argumentação e Retórica ligado à mesma universidade, além de editora da revista digital *Argumentation et Analyse du Discours*, afirma que:

A argumentatividade engloba uma dimensão intrínseca da fala em situação: falar é orientar várias maneiras de ver, de interpretar, de experimentar o mundo. Ora, a tentativa, intencional ou não, de influenciar o outro se fundamenta necessariamente em premissas compartilhadas e em opiniões, crenças e valores comuns. (AMOSSY, 2011, p. 130).

Em outras palavras, para que um discurso possa ser elaborado é necessária a utilização de estratégias argumentativas por meio de opiniões compartilhadas, que são, por exemplo, a temática, o modo de falar para que o enunciador possa aproximar o público e persuadir por meio de suas intenções e convicções. Ou seja, é por meio de informações gerais ou conhecimentos de mundo compartilhados por um determinado grupo ou classe social que o sujeito se aproxima do seu público-alvo.

Para que tudo isso se consolide, precisamos dos sujeitos. Em nossa pesquisa, acreditamos na existência de um sujeito plural e multifacetado, pois consideramos, como Pêcheux (1995), que o conceito de sujeito não diz respeito ao indivíduo concreto, mas à posição que ele ocupa no mundo. No desenvolvimento da Análise do Discurso (AD), “o sujeito passa a ser entendido como alguém que desempenha diferentes papéis, conforme as posições que ocupa no espaço do interdiscurso, ou seja, no espaço dos discursos que estão em relação numa conjuntura determinada” (COSTA, 2009, p. 209). Queremos apresentar alguns caminhos que podem ser trilhados a partir da ampliação dos horizontes de discussão. Mussalim (2001, p. 133-134) esclarece que:

[...] o sujeito, apesar da possibilidade de desempenhar diferentes papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica. Em outras palavras, o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é esse lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social (o lugar do professor, do político, do publicitário, por exemplo), que determina o

que ele pode ou não dizer a partir dali. (MUSSALIM, 2001, p. 133-134).

Esse sujeito, além de influenciar o meio em que atua, convive ou trabalha, também está se moldando, sendo influenciado e se construindo. Ele atua, exerce papéis e influencia outras pessoas ao seu redor, por meio das formações discursivas/ideológicas.

Sabemos que os discursos são produzidos por meio de relações de sentidos que estão inter-relacionados e interconectados, e se moldam por meio do discurso de outrem. “Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2020, p. 37). Em outro cenário, o sujeito possui a capacidade de antecipar os sentidos que as suas palavras produzem. Essa antecipação é a organização das ideias prévias, a fim de compreender o contexto do seu interlocutor. Corroborando nossas concepções, Orlandi (2020, p. 37) diz que:

Esse mecanismo [antecipação] regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor.

Portanto, as relações de força e de sentidos, além da antecipação, fazem parte dos mecanismos de funcionamento das formações imaginárias (FIs), que são os sentidos que podemos vislumbrar por meio dos conhecimentos de mundo preestabelecidos, levando em consideração o processo de hierarquização e argumentação dos enunciados expostos. No discurso político, percebe-se uma forte presença das formações imaginárias.

Quando discorremos sobre formação imaginária, sendo esta ligada às condições de produção do discurso, estamos nos referindo às imagens que o locutor tem do seu público, bem como do assunto, de si mesmo, do mundo etc. Enfim, o modo como ele enxerga tudo ao seu redor. Isso também envolve as imagens do próprio público.

De acordo com Orlandi (1993), o sujeito antecipa-se a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem, o que vai regular a argumentação no discurso, já que o sujeito dirá de um modo ou de outro segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Ressaltamos a importância dos efeitos das antecipações

de imagens entre os interlocutores na construção do sentido de um discurso, já que elas direcionarão as posições que locutor e interlocutor ocuparão em cada situação.

No processo de elaboração e escrita de um pronunciamento de posse, os políticos levarão em consideração essas imagens (deles e de seus interlocutores):

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na História e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. (ORLANDI, 2020, p. 40).

As relações de poder citadas por Orlandi (2020) são importantes, pois influenciam na elaboração dos pronunciamentos de qualquer agente político, a fim de transmitir, influenciar e persuadir as massas. O imaginário funciona possibilitando “desenhar”, previamente, o *modus operandi* e a organização do discurso que será proposto, tendo em vista as relações de antecipação no interior dos processos discursivos.

Nesta seção, foram apresentadas as teorias, as abordagens e os conceitos estruturantes da nossa pesquisa. Não tivemos a pretensão de esgotá-los, mas de instigar novos horizontes perceptivos. Portanto, podemos afirmar que o discurso político se caracteriza como um jogo de máscaras que se fundamenta nas relações de sentidos entre os interlocutores e nas relações de poder/autoridade/dominação aí implicadas. As ideologias estão associadas aos discursos, não existindo neutralidade em nossos enunciados. Isso ocorre porque o discurso é o modo pelo qual a ideologia se materializa. Ela possui uma existência material por meio dos discursos que são produzidos pelos sujeitos. Nesse contexto, discutiremos, em seguida, como o conceito de esperança foi apresentado nos pronunciamentos de posse dos presidentes da Ditadura Militar no Brasil.

### **3. A DEMOCRACIA E A ESPERANÇA COMO ARGUMENTOS**

Quando analisamos os pronunciamentos de posse, estamos falando, também, de uma solenidade oficial, ou seja, uma cerimônia. Esta representa um evento que celebra, comemora ou apresenta à sociedade uma ação do Estado. Mas também representa um poder simbólico perante a população, pois sabemos que o poder não surge de forma isolada ou aleatória, mas em ambientes organizados e estruturados.

Nesse sentido, o poder simbólico para Bourdieu (1989) é, fundamentalmente, um poder de construção da realidade. Tal poder detém os meios de afirmar o sentido do mundo, instituindo o processo de hierarquização da população, separando os indivíduos, fragmentando e instituindo classificações sociais.

Os sistemas simbólicos [poder simbólico] são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p.11).

Em linhas gerais, Bourdieu busca objetivar e desvendar as imposições simbólicas, revelando a realidade objetiva por detrás das construções arbitrárias que conservam a ordem estabelecida. Ou seja, o próprio fluxo de estruturação da sociedade contribui para alicerçar os instrumentos de imposição e, conseqüentemente legitimar a dominação de uma classe sobre outra.

Lamentável essa perspectiva, pois numa democracia representativa, cria-se uma imagem de que a autoridade exerce suas atividades distante da sociedade, até mesmo simbolizada como um ser inatingível e endeusado numa aura soberana. Corroboramos nossa exposição com base no livro “O que faz o Brasil, Brasil?” (1986), de Roberto DaMatta, especialmente no capítulo “As festas da ordem”. O autor afirma que o cerimonial está associado ao poder e ao *status* social, além de aprofundar as desigualdades sociais, os preconceitos, a divisão de classes e o processo de hierarquização. As atividades ritualísticas mantêm no cerne da questão a centralidade da superioridade, a hierarquização social e as formas de dominação.

Tendo em vista, o processo de hierarquização por meio das cerimônias oficiais e visando debater algumas concepções de linguagem não verbal que influenciam no processo discursivo, apresentamos o seguinte registro fotográfico:

**Figura 2** – Registro fotográfico da tribuna presidencial.



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/06/13/camara-precisa-aprovar-denuncia-para-o-presidente-ser-afastado-entenda.htm> Acesso em: 31 mar. 2022.

Acreditamos que essa fotografia representa o local de discurso dos personagens que atuaram por trás dessa tribuna. Não pretendemos fazer uma montagem fotográfica com a finalidade de apresentar de forma individual as fotos dos ex-chefes de Estado. Mas sim, buscamos trazer uma imagem que instigue algumas reflexões pertinentes a acerca da importância do processo imagético na análise do discurso. Apesar de que, neste trabalho, não usaremos como embasamento.

Em primeiro momento questionamos, será que todos os brasileiros possuem a chance ou as mesmas oportunidades de ocupar esse espaço de poder? Que tipos de discursos foram pronunciados nesta tribuna? São pronunciamentos com ideologias conservadoras, progressistas, autoritárias...? Que tipos de recursos não verbais são utilizados nessa encenação? De qualquer forma, como direcionamento da nossa pesquisa precisamos pensar o discurso como uma forma de dominação social, mas também como uma forma de libertação e emancipação.

A democracia representativa tem suas imperfeições, mas é a única forma de governa em que a população pode participar das decisões do governo. Assim como destaca Denis L. Rosenfield:

A democracia, no sentido etimológico da palavra, significa o “o governo do povo”, “o governo da maioria”. Prevalece nessa primeira aproximação desse fenômeno político uma definição quantitativa. Basta lembrar que a democracia, na antiguidade grega, mais particularmente em Heródoto, é uma “forma de governo” entre duas

outras: a monarquia ou “governo de um só” e a aristocracia ou “governo de alguns” (ROSENFELD, 2008, p. 7)

A figura 2 possibilita uma ampla análise ou simplesmente pode ser descrita como um registro fotográfico da tribuna presidencial. Mas, ao invés desta simples descrição, podemos ir muito além. O registro fotográfico foi realizado durante o Governo de Michel Temer, em meados de 2016 - após o golpe da presidenta Dilma Rousseff. Os símbolos nacionais fazem parte do cenário, por exemplo, o Brasão da República Federativa do Brasil afixado na tribuna, além da bandeira do país e da bandeira presidencial. Ao lado esquerdo da tribuna na parte superior visualizamos o painel com a logomarca e o *slogan* do governo intitulada “Brasil: Ordem e Progresso” nas cores azul, branco e amarelo, tendo como predominância a cor azul. E, por fim, acima da tribuna existem dois microfones.

No segundo momento observem com cautela todo o processo de encenação e elaboração da estrutura discursiva. A tribuna, o brasão, a logomarca, a bandeira, o microfone e todos esses objetos fazem parte da encenação que fundamentam o processo discursivo. Sabemos que toda linguagem não verbal e da paralinguagem influenciam no entendimento, compreensão e interpretação dos discursos. Segundo Trager (1958), o modo como se diz ou comunica algo, as qualidades da voz, a altura, o ritmo, a articulação, a dicção, pausas, variações de entoação ou traços suprasegmentais constituem o que se designa por paralinguagem.

Além disso, constituem os elementos paralinguísticos: 1) as **qualidades da voz**, tais como o registro da voz, a altura, o ritmo, o tempo, aspectos de dicção, a articulação, entoação ou traços suprasegmentais, a ressonância o controlo da glote, o controlo labial da voz; 2) as **vocalizações** que incluem dois aspectos: os caracterizadores vocais como o sorriso, o suspiro, o bocejo, a rouquidão e os qualificadores vocais, como a intensidade da voz muito forte ou muito suave, a altura, excessivamente aguda ou grave, o arrastar das palavras. 3) os **segregadores vocais** como por exemplo “hum”, “m-hmm”, “ah”, “uh” ou pausas preenchidas (TRAGER, 1958). Os elementos paralinguísticos são relevantes, pois contribuem de forma significativa na construção do contexto discursivo, sendo esse, um ambiente solene, ritualístico, festivo ou informal.

Por fim, retornando às nossas observações, acreditamos que algumas pessoas gostariam de utilizar esse espaço de poder, a tribuna presidencial, mas

nem todos possuem amplo acesso a esse lugar. Nesse sentido, podemos remeter à Teoria dos Atos de Fala, de Austin (1962), especialmente nos enunciados performativos que não se submetem ao critério de verificabilidade (não são falsos nem verdadeiros). Mais precisamente, são enunciados que, quando proferidos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na forma afirmativa e na voz ativa, realizam uma ação (SILVA, [s.d])”.

Precisamos observar que o simples fato de proferir um enunciado performativo não garante a sua efetiva realização. Para que de fato tenha o seu efeito pragmático, as circunstâncias devem ser adequadas. Especialmente, o cenário ao redor, o contexto situacional e especialmente a pessoa que está proferindo o enunciado. “Um enunciado performativo pronunciado em circunstâncias inadequadas não é falso, mas sim nulo, sem efeito: ele simplesmente fracassa” (SILVA, [s.d]). Assim, por exemplo, se um cozinheiro (e não o presidente da república) diz *decreto feriado nacional*, o performativo não se realiza (isto é, o feriado não tem efeito legal), porque o cozinheiro não tem poder ou autoridade para decretar feriado. O enunciado é, portanto, nulo, sem efeito.

Quando a linguagem é adquirida, o que se adquire não é pura e simplesmente uma língua, com suas regras especificamente linguísticas, mas todo um sistema de práticas e valores, crenças e interesses a ele associados. É nesse sentido que podemos falar da aquisição de uma pragmática (MARCONDES, 1992, p. 41).

Após essa breve contextualização sobre o papel das cerimônias como instrumento de hierarquização e dominação social, além da linguagem não verbal que formam o processo discursivo, escolhemos os pronunciamentos de Castello Branco, Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo pois acreditamos que eles representam um dos períodos mais conturbados da História brasileira. Além disso, essas cinco personalidades iniciam e perpetuam um período de intolerância, violência e autoritarismo.

Percebemos, portanto, que os agentes públicos que são investidos por poderes outorgados pela população, de forma direta ou indireta, possuem muita influência, e alguns utilizam a estrutura governamental com a finalidade de alcançar o máximo de pessoas possível para implantar uma agenda ideológica e partidária.

Os militares, após o “movimento de 64”, se preocuparam em desqualificar a tomada do poder como sendo um golpe de Estado, para caracterizá-lo como

revolução na busca por derrotar um inimigo, o comunismo. Nesse sentido, a ditadura militar (1964-1985), período conturbado da História do Brasil, fechou o Congresso Nacional, suspendeu eleições, cassou mandatos, censurou a mídia, expulsou centenas de brasileiros do país, prendeu ilegalmente, torturou e matou opositores.

Foram fortes perseguições e o uso da violência na tomada do poder, conforme consta nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV foi criada durante o governo da presidenta Dilma Rousseff por meio da lei federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Portanto, esses registros são fundamentais para conhecermos esse triste e doloroso período da História brasileira.

O novo regime não esperou sua formalização para dar início à onda repressiva depuradora. Desde o primeiro dia, os diversos comandos militares procederam a centenas de prisões, entre elas a de dois governadores de estado: Seixas Dória, de Sergipe, e Miguel Arraes, de Pernambuco. Ambos foram presos no exercício dos seus mandatos, dos quais foram destituídos por decisão das respectivas Assembleias Estaduais, constrangidas pela força das armas (BRASIL-CNV, 2014, p. 98).

Foi disseminado, nos canais oficiais, que a “revolução” foi necessária para combater a onda do comunismo (o inimigo) que prejudicaria a população brasileira. A troca do termo e a mudança de sentidos com o deslizamento de “golpe” para “revolução” ou “movimento cívico” foram estratégias dos militares para tomarem e se perpetuar no poder<sup>3</sup>.

Ou seja, “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2020, p. 42-43). É por isso que “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente” (PÊCHEUX, 1997, p. 53), já que

---

<sup>3</sup> Vide tese de doutorado da professora Marcília Gama da Silva (UFPE). A pesquisa teve por objetivo estudar a montagem e funcionamento da polícia política em Pernambuco, como parte integrante da complexa e eficiente rede de informações que serviu como pilar de sustentação do regime militar. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7218/1/arquivo3368\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7218/1/arquivo3368_1.pdf) Acesso em: 24 dez. 2021.

“o sujeito é afetado pela ideologia, pelo efeito de literalidade, pela ilusão de conteúdo, pela construção da evidência do sentido, pela impressão do sentido-lá” (ORLANDI, 2004, p. 22).

Para nossas análises, utilizaremos o conceito de esperança como tópico norteador que se enuncia de forma significativa nos discursos políticos, especialmente em pronunciamentos de posse. Nesse contexto, trazemos à tona a discussão sobre o conceito de esperança.

A etimologia da palavra “esperança” remonta ao latim *spes*, que significa confiança em algo positivo. É uma crença emocional, que se manifesta em maneiras de ser, estar e agir no mundo. No dicionário online de Língua Portuguesa (2021), significa “crença de quem espera que seu desejo se torne realidade / confiança de que algo bom acontecerá / algo ou alguém que é alvo de uma expectativa / virtude que completa as três virtudes teológicas (fé, caridade e esperança)”.

Por fim, vale destacar que essas palavras não estarão evidenciadas na íntegra, mas estarão expostas de forma argumentada durante todo o discurso com traços subjetivos, ou seja, existe uma intenção e um objetivo em representar os ideais de esperança. Percebe-se uma retórica da esperança fortemente apresentada com nuances de futuro, de reforma e de melhorias positivas. O pronunciamento de posse é um gênero textual/discursivo que dispõe de uma estrutura argumentativa voltada a transmitir, de forma predominante, sentimentos de agradecimento, esperança, harmonia e melhorias futuras. Ou seja, afirmar que um novo “tempo começará” e que o passado deve ser esquecido para o início de uma jornada repleta de conquistas e ações que serão executadas pelo novo mandatário.

#### **4. METODOLOGIA**

As nossas análises estão alicerçadas nos fundamentos teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, pois pretendemos estudar os pronunciamentos de posse dos cinco ex-presidentes brasileiros da Ditadura Militar (1964-1985): Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Beckmann Geisel e João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Nessa perspectiva, Welisson Marques (2011) em seu artigo intitulado *Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso Face aos Novos Suportes Midiáticos* destaca que:

Análise do Discurso é um campo de pesquisas que não possui uma metodologia pronta. Isto significa que ao lançar mão dos elementos constitutivos do arcabouço teórico que balizarão suas análises, o analista do discurso estará ao mesmo tempo alcançando os dispositivos metodológicos. É o objeto e as perspectivas da pesquisa que vão impondo a teoria, pois em AD, conforme assinalamos, teoria e metodologia são inseparáveis. (MARQUES, 2011, p. 61-62).

Em outras palavras, ao utilizarmos elementos que compõem o arcabouço teórico, estaremos ao mesmo tempo alcançando os dispositivos metodológicos. Reconhecemos que a AD não possui uma metodologia pronta, mas precisamos ter a maturidade em organizar o processo de análise que se inicia por meio da seleção e organização do *corpus*, duas noções que são geralmente utilizadas é o recorte (Orlandi, 1989) e o enunciado (Foucault, [1969] 1995).

Portanto, como recorte para o *corpus* de pesquisa, selecionamos os pronunciamentos de posse proferidos no Congresso Nacional, pois eles apresentam um discurso mais formal e com detalhes estratégicos e técnicos. Utilizamos o texto na íntegra disponibilizado no site da Biblioteca da Presidência da República que está disponível de forma acessível e aberto ao público. Os recortes dos pronunciamentos de posse dos ex-presidentes estão classificados em sequências discursivas (SD), totalizando vinte e seis SDs.

As seleções representam macro e microestruturas semânticas relacionadas a temática de esperança e democracia vinculadas às condições sociais e/ou ideológicas da época. Consideramos que os discursos carregam marcas contextuais, históricas e sociais que contribuem, de forma significativa, para a compreensão das nossas análises. Sendo assim, o discurso está situado no lugar do social, enquanto o texto se situa de forma individual.

Além disso, trazemos à tona os postulados de Thompson (1990) que embasam as nossas análises diante dos modos gerais de operação da ideologia que são: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Nessa conjuntura, a ideologia está sendo utilizada como um mecanismo de manutenção do *status quo*, como também, na manutenção do controle coercitivo e submissão através de dominação social, ou seja, as relações de dominação.

## 5. ANÁLISE DOS PRONUNCIAMENTOS DE POSSE

A obra de John Brookshire Thompson intitulada “Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa” foi primeiramente publicado por Polity Press e Blackwell Publishers, em 1990. A tradução brasileira foi lançada em 1995, fruto do trabalho do Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), através da Editora Vozes.

Nessa produção, Thompson nos fala da relação dialética entre estrutura social e discurso. O discurso é moldado pela estrutura social, mas é também socialmente constitutivo. O autor retoma as visões de Marx, Lenin, Destutt de Tracy, Lukács e Mannheim em relação ao termo 'ideologia'. A partir dessa reconsideração, constrói a sua concepção de que "ideologia é sentido a serviço do poder". Ou seja, estudar ideologia é compreender e explicar as maneiras pelas quais as formas simbólicas são usadas para a implantação, manutenção e ampliação de relações de dominação.

O quadro 1 (a seguir) elaborado com base nos postulados de Thompson (1990) foi retirado do artigo “Discurso na mídia: construção simbólica de ideologia e poder”, de autorias das pesquisadoras Vicentina Ramires e Izabela Fraga (2014). Esse modelo servirá para nortear de forma direta e/ou indireta o nosso processo de análise do *corpus* desta pesquisa, visando, identificar como essas estratégias estão presentes nos discursos de forma a legitimar, dissimular, unificar, fragmentar e reificar relações de dominação.

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
LEGITIMAÇÃO – Relações de dominação são representadas como legítimas	FALÁCIAS ARGUMENTATIVAS (Ex.: apelos à legalidade, a bases jurídicas)
	UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses gerais)
	PARTICULARIZAÇÃO (questões gerais são apresentadas como problemas específicos, individualizados)
	NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente) Ex.: tradições, costumes, pessoas
DISSIMULAÇÃO – Relações	DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões)

de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas	EUFEMIZAÇÃO (valoração positiva de instituições, ações ou relações)
	TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)
UNIFICAÇÃO – Construção simbólica de identidade coletiva	PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado)
	SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva)
FRAGMENTAÇÃO – Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	DIFERENCIAÇÃO (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo)
	EXPURGO (construção simbólica de um inimigo)
REIFICAÇÃO – Retratação de uma situação transitória como permanente e natural	NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural)
	ETERNALIZAÇÃO (fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes)
	NOMINALIZAÇÃO/PASSIVAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em prejuízo de outros, com apagamento de atores e ações)

Quadro 01 - Fonte: RAMIRES, Vicentina; FRAGA, Izabela. 2014 (adaptado)

### 5.1 Castelo Branco: a construção das bases do regime ditatorial

Nesta seção, observe todo o encadeamento das ideias e a estrutura argumentativa que os militares utilizaram para implantar uma agenda autoritária, mas focada, especialmente, em esconder o golpe e a deposição do presidente empossado, João Goulart.

**Figura 3** – Discurso pronunciado no dia 15 de abril de 1964, ao tomar posse.



Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/o-presidente-castelo-branco-21564000>  
Acesso em: 24 dez. 2021.

Em meados das décadas de 60, o Brasil viveu um período de democracia frágil, instável e hesitante que contribuiu na construção dos argumentos das autoridades militares na tomada do poder. A “democracia é sempre melhor do que ditadura. No regime democrático, a política substitui a violência e os conflitos e confrontos políticos são resolvidos por discussão e eleições. Democracia permite ampliação, criação e reinvenção de direitos” (BRASIL, 86). Contudo, os militares para assumirem a presidência da República e os diversos setores e estruturas do Estado utilizaram a força, a violência e a perseguição. Diversos políticos eleitos de forma democrática foram depostos do seu mandato, por exemplo, o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que foi retirado do Palácio do Campo das Princesas pelas Forças Armadas e conduzido ao quartel para diligências, sendo acusado por supostas atitudes e vinculações comunistas.

Na ocasião, trazemos à tona uma citação do livro “Os presidentes: a História dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro”, de Rodrigo Vizeu (2019). Uma peculiar obra que transita sobre a História política do Brasil e, no capítulo sobre Castello Branco, traz as seguintes informações:

Uma vez vitorioso o golpe iniciado em 31 de março de 1964, era a hora de dar um verniz civilizado à ruptura das instituições brasileiras. A forma encontrada de preservar as aparências foi a realização de uma nova eleição para escolher o sucessor do deposto João Goulart. É claro, entendiam os novos donos do poder, não era o caso de uma votação popular — sabe Deus no que isso iria dar. Bem mais asséptico seria cumprir a formalidade por meio de um pleito indireto, realizado dentro do Congresso Nacional sob os olhares atentos das Forças Armadas. O escolhido foi um marechal do Exército discreto, feio, com certa fama de intelectual e desconhecido do povo, mas muito bem articulado com a elite militar e política. No dia 11 de abril, Humberto de Alencar Castello Branco, de 67 anos de idade, obteve 361 votos, contra três do ex-tenentista Juarez Távora e dois do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra. (VIZEU, 2019, p. 172).

O golpe de 1964 estabeleceu um regime nacionalista e autoritário, alinhado aos Estados Unidos, e marcou o início de um período de profundas modificações na organização política do país, bem como na vida econômica e social. O governo Castello Branco (figura 3) se orientava pela Doutrina de Segurança Nacional, que foi elaborada por militares norte-americanos no contexto da Guerra Fria e adaptada por estrategistas brasileiros na Escola Superior de Guerra (ESG). Em sua essência, a doutrina afirmava que a segurança é a condição básica para o desenvolvimento do

país. Além disso, os “inimigos internos”, chamados por militares de subversivos, deveriam ser eliminados por apresentarem uma grande ameaça (BRAICK, 2013, p. 176).

Selecionamos, inicialmente, as seguintes sequências discursivas (SD) para fundamentar nossas observações:

**SD 1<sup>4</sup>.** *Meu Governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um Governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa História política e social.* (BRANCO, 1964, p. 12).

**SD 2.** *Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações, no processo para a eleição de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966.* (BRANCO, 1964, p. 12).

Na SD 1, o então mandatário da nação expressa o sentimento de esperança ressaltando que buscará governar o país olhando para o futuro, em consonância com o progresso. Ressaltamos que o termo esperança não se coloca necessariamente no nível da formulação. O que existe é a ideia de esperança, mas outras palavras aparecerão na formulação dessa ideia: futuro, mudança, reforma, revolução etc. Isso não indica, entretanto, que a própria palavra “esperança” não aparece de forma clara. No fim das contas, queremos dizer que essas palavras estão funcionando por meio de relações de paráfrase, ou seja, elas dizem a mesma coisa, mas de formas diferentes.

Em seguida, Castello Branco personifica a gestão ao afirmar “meu governo”, produzindo um efeito de individualidade e possessividade na condução das ações. Sabemos que um líder não governa sozinho, mas de forma coletiva, com a participação da sociedade. Comprovando nossas afirmações, durante os primeiros meses de gestão militar, alguns dos mandatos dos parlamentares foram cassados, e isso reduziu a quantidade expressiva de representação civil no Congresso Nacional. Ou seja, houve centralização do poder político, e as ações do governo eram autoritárias.

Na SD 2, o sujeito destaca que assume a nação brasileira com o compromisso de transmitir o poder, no ano seguinte, sem “tergiversações”, isto é,

---

<sup>4</sup> Visando sistematizar os discursos dos ex-presidentes, decidimos organizar as sequências discursivas em caixas de texto e em formato itálico como forma de melhorar a visualização.

sem outros pretextos ou intenções mundanas. Ou seja, assume o governo de forma temporária para que a situação política se estabilize de forma organizada e ordeira. Temos ciência de que, efetivamente, esse compromisso não foi cumprido, pois, em decorrência de diversos fatores, outros presidentes militares, por meio de eleição indireta, assumiram o poder, perdurando assim uma ditadura por 21 anos.

**SD 3.** *A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do Governo. (BRANCO, Castelo, p. 14)*

Na SD 3, o presidente destaca o compromisso com as áreas essenciais, mas sem discorrer de forma detalhada sobre as estratégias que serão tomadas para enfrentar os desafios impostos. Isso nos faz lembrar um dos aspectos intrínsecos do discurso político, que é a instalação de um jogo de máscaras entre palavra, pensamento e ação, o que nos leva à questão da mentira na política (CHARAUDEAU, 2006, p. 261). A mentira na política é algo que faz parte das estratégias.

Nesse trecho, apresentamos um exemplo da estratégia do vago, em que se pronunciam promessas ou engajamentos, quando nem o sujeito sabe de quais meios poderá dispor para efetivar o compromisso firmado.

Além disso, apresenta características próprias do gênero textual/discursivo pronunciamento de posse, expressando ideias de esperança, melhorias para a população em geral e promessas de um amanhã melhor, ao afirmar que o desenvolvimento econômico através da educação será uma das preocupações/prioridades do governo.

**SD 4.** *Caminharemos para frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias. (BRANCO, 1964, p. 14).*

A SD 4 nos chama bastante a atenção, pois define uma filiação ideológica ao apontar o posicionamento de esquerda como algo negativo e repleto de malefícios. Além disso, contrapõe justificando que não devemos combatê-lo com outro tipo de ideologia extremista, no caso uma direita reacionária, que possui traços conservadores.

Abrimos um parêntese para debatermos sobre os termos “esquerda” e “direita”, que fazem parte do repertório político. Originalmente, após a revolução francesa (1789), os parlamentos formados por toda a França entre 1789 e 1799 eram organizados de forma que os representantes da aristocracia se sentavam à direita e os comuns à esquerda do orador (MATTOS, 2016).

Os aristocratas defendiam os privilégios da igreja, da aristocracia e a sociedade de classes que existia no antigo regime, ou seja, eram conservadores, no sentido de manter as estruturas sociais (*status quo*) vigentes até então. Já os que se sentavam à esquerda representavam os interesses da burguesia, a classe que estava mantendo as regalias da aristocracia e da igreja, mas que, até aquele momento, não tinha poder político e força de mudança. Entre os seus interesses estavam o secularismo, o republicanismo e o livre mercado, que iam ao encontro de seus objetivos para fortalecer o comércio e retirar os privilégios das classes que até então dominavam a política. Naquela situação, trabalhadores, camponeses e pobres em geral não eram representados nessas assembleias, e a ideia de democracia estava longe de ser concretizada.

Portanto, a dualidade entre esquerda e direita é um conflito de interesses muito recorrente no campo político-ideológico. Fica perceptível que a esquerda tem objetivos progressistas, inovadores, como o combate às desigualdades sociais. Contudo, a direita visa à manutenção do *status quo* de uma sociedade desigual, capitalista e de crescimento econômico que alicerça a divisão das classes sociais.

**SD 5.** *Direi mesmo que a minha humildade de toda uma vida cresce neste instante: nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos. Venham a mim os brasileiros e eu irei com eles para, com o auxílio de Deus e com a serena confiança, buscar os melhores dias nos horizontes do futuro. (BRANCO, 1964, p. 15)*

Nessa sequência, Castello Branco finda o seu pronunciamento buscando fortalecer os poderes do governo, convidando a população para apoiá-lo na nova jornada. Encerra o discurso externando, novamente, sentimentos de esperança, melhoria, futuro próspero para o Brasil. Ao solicitar apoio, pede, ao mesmo tempo, a compreensão da nação brasileira na condução das atividades do mandato, além de externar a perspectiva de uma liderança com o auxílio de Deus, afirmando: “Venham

a mim os brasileiros e eu irei com eles para, com o auxílio de Deus e com a serena confiança, buscar os melhores dias nos horizontes do futuro”.

Percebe-se, então, uma interdiscursividade em relação à passagem bíblica: “Venham a mim, todos os que estão cansados e sobrecarregados, e eu darei descanso a vocês” (Mateus 11:28). Dessa forma, ele transmite uma mensagem de esperança, salvação e conforto, ao construir um discurso político alicerçado na religião. Em alguns momentos, a religião foi utilizada como justificativa para atrocidades históricas. Por exemplo, a Igreja Católica, em meados do século X, criou um grupo de imposição sobre aqueles que não aderissem ao catolicismo como religião. A força era a maneira pela qual a associação agia, perseguindo e até matando, se fosse necessário.

Portanto, fundamentar o discurso político com traços religiosos é uma forma de garantir, aqui, uma “liderança assegurada por Deus”. Além disso, o ditador produz, de forma peculiar, um efeito de endeusamento por meio da citação bíblica, pois esta se apresenta como estratégia de persuasão e argumentação. O sujeito tem ciência de que o Brasil, apesar de ser um país laico, possui a predominância de católicos e evangélicos na sociedade. Lembrando que “[...] a tentativa, intencional ou não, de influenciar o outro se fundamenta necessariamente em premissas compartilhadas e em opiniões, crenças e valores comuns” (AMOSSY, 2011, p. 130). Sendo assim, nesse caso, as evidências compartilhadas em relação à religião são utilizadas como estratégia argumentativa para aproximar o público.

Em seguida, trazemos para o campo de discussões a concepção de democracia para os militares. Em nossas pesquisas, encontramos trechos e afirmações que não estão em consonância com os registros históricos de um período de privação das liberdades sociais e políticas. De forma estarrecedora, Castello Branco afirma:

**SD 6.** *Todas as nações democráticas e livres serão os nossos aliados, assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação. (BRANCO, 1964, p. 13).*

Fica evidente o mascaramento do regime autoritário em voga para as autoridades externas. Mesmo assim, é interessante perceber isso, pois, para os aliados externos, transmite uma imagem de normalidade, tranquilidade e de

transição pacífica de poder. Além disso, externa que o mandatário respeita a democracia e que apoia todas as nações que possuem ideais democráticos.

Para contextualizar, democracia é uma palavra de origem grega que significa poder do povo (demo, “povo”; cracia, “poder”). A cidade de Atenas, na Grécia antiga, foi um dos regimes democráticos mais citados e referenciados em todo o mundo. Atualmente, vivemos uma democracia representativa em que elegemos os nossos representantes políticos para governar o Estado. No contexto que estamos analisando, Castello Branco externa o compromisso com o regime democrático. Contudo, nos registros históricos não fica provado que a população tenha participado das decisões da nação, ou que a divisão funcional dos poderes da República (executivo, legislativo e judiciário) tenha sido respeitada. Também não houve continuidade e vigência do Estado de direito, com a estrutura governamental respeitando os direitos do cidadão, como liberdade de pensamento, expressão, associação, imprensa, locomoção etc.

As historiadoras Heloisa Starling e Lilia Moritz Schwarcz afirmam que a escolha de determinados enunciados deixa evidente a busca do novo regime por legalidade e legitimidade, visando suspender os poderes constitucionais e recorrer a medidas de exceção:

Revolução é um processo que modifica todas as instâncias, até mesmo do comportamento e da vida cotidiana em uma determinada sociedade, independentemente de quem sejam seus protagonistas. Obviamente não foi isso que aconteceu em 1964. Eles estavam justificando, com essa escolha de palavras, suas condições de assumir poderes de exceção para legislar, ocupar o Estado e desencadear a repressão sob o governo Castelo. (STARLING; SCHWARCZ, 2015, n. p).

Portanto, fica provado o mascaramento de um regime ditatorial que eliminou a participação popular e concentrou o poder político, limitando ou eliminando as ações do Legislativo e do Judiciário, e que fortaleceu os órgãos de repressão e o controle dos meios de comunicação de massa.

Retomamos, assim, a nossa abordagem da noção de ideologia, que pode ser considerada como um conjunto de ideias e pensamentos que dissimulam/mascaram a realidade, porque mostram as coisas de forma apenas parcial ou distorcida em relação ao que realmente são. Nesse caso, ela teria a atribuição de realizar a

manutenção e ofuscar o regime autoritário de opressão, coerção e centralização dos poderes.

Trata-se de uma retórica que passa pelo mascaramento de muitas atitudes do governo. A própria noção de democracia, tão enfatizada, tem aqui um papel fundamental, que é o de encobrir a estrutura nascente de um regime marcado pelo autoritarismo.

**SD 7.** *Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os **ideais do movimento cívico da Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível.** Não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e, decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções de vida, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras. Foi uma Revolução a assegurar o progresso, sem renegar o passado. (BRANCO, 1964, p.13, grifo nosso).*

Tendo em vista a sequência discursiva 7, trazemos para nossas discussões que:

[...] todo discurso concreto presente nos diferentes contextos sociais nunca é completamente novo, pois contém resquícios de outros discursos, ou seja, discursos de outrem, reorganizados de forma dialógica nas falas dos sujeitos, podendo aparecer de maneira mais explícita, marcados pelos recursos linguísticos presentes no discurso, como no discurso direto, ou de maneira implícita, como ocorre no discurso indireto e indireto livre. (VIEIRA, 2011, p. 6).

O discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa e situada fora do contexto narrativo (BAKHTIN, 2006, p.147). Em outras palavras, a relação de sentidos se faz por meio da realização do dialogismo. Por isso, Castello Branco dialoga e, ao mesmo tempo, constrói sentidos por meio da negação. A origem (fonte) de um discurso é incerta e difusa, mas a construção é contínua e passível de mudanças.

O ex-presidente utiliza referências de outros discursos para fundamentar o seu pronunciamento, especialmente quando cita “o movimento cívico da Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril”, em alusão à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que foi um movimento iniciado em março de 1964 e que

consistiu numa série de manifestações/ “marchas” organizadas, principalmente, por entidades femininas e setores do clero. Surgiu em resposta ao comício do presidente João Goulart, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, no qual anunciou seu programa de reformas de base. Esse movimento apresentava bandeiras difusas da moralidade, da ordem e do anticomunismo. O evento congregou segmentos da classe média temerosos do "perigo comunista" e favoráveis à deposição do presidente da República.

Além disso, na SD 7, Castello Branco reafirma que não houve um golpe de Estado, mas uma revolução caracterizada como um movimento cívico para “restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível”. O ex-presidente está se colocando em oposição a uma formação discursiva que não enxerga a instauração do regime militar como revolução, mas como golpe. Ou seja, ele constrói seu argumento a partir da desqualificação do opositor.

Utiliza mecanismos de legitimação por meio de falácias argumentativas para fundamentar seu discurso, ao afirmar que vai utilizar os ideais do “movimento cívico da Nação brasileira” para restaurar a democracia. Ou seja, utiliza apelos ideológicos que generalizam a tomada de poder por meio da unificação, numa construção simbólica de identidade coletiva. Ainda, narra seu discurso lembrando costumes e concepções do passado, e finaliza dizendo que “foi uma Revolução a assegurar o progresso, sem renegar o passado”. Sabemos que:

A legitimidade é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo. Ele depende, portanto, das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo *status* e poderes a seus atores. (CHARAUDEAU, 2015, p. 65)

Em outras palavras, apresenta um apelo à legalidade e à base jurídica, ao justificar a tomada do poder como uma revolução por meio das instituições (Forças Armadas). Utiliza interesses específicos de um grupo político apresentados como interesses gerais, justificando que foi uma “Revolução”. Ele também retoma o passado para referenciar o presente, o que podemos exemplificar neste trecho: “traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções

de vida, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras”.

Thompson cita Weber e a sua caracterização das três formas de legitimação do poder: tradição, razão ou legalidade e carisma.

[...] Weber distinguiu três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de legitimação podem estar baseadas: fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade) (THOMPSON, 2011, p. 82).

Além disso, “a legitimação também vem pelo seguinte processo de racionalização: feita a revolução e eleito um Congresso, ambos têm legitimidade; se o Congresso o elege presidente, ele tem a legitimidade tripla: da revolução, do povo, e dos representantes do povo” (BONFIM, [s.d]).

Em linhas gerais, o governo de Castelo Branco construiu as bases de um regime altamente autoritário, repressor e violento, especialmente nas questões legais e jurídicas. Tendo em vista, os registros da Comissão Nacional da Verdade (CNV):

Em 24 de janeiro de 1967, foi promulgada pelo Congresso Nacional uma nova Constituição que dava grandes poderes ao presidente da República. Em particular, facultava ao chefe de Estado editar Decretos-Lei – um instrumento jurídico criado pelo Estado Novo (vigente entre 1937 e 1946) e recriado pelo AI-2 – sobre matérias como segurança nacional e finanças públicas. Juntavam-se aos atos institucionais os atos complementares, igualmente criados pelo AI-2 e que davam poderes ao presidente para editar normas em torno do ato institucional, livre também da deliberação do Congresso e da apreciação do Judiciário.

Os Atos Institucionais (AI's) fundamentaram a base legal da ditadura militar, apenas com o objetivo de legalizar as decisões das autoridades tornando, supostamente, legítimas as ações do Estado. “O país não tivera, em toda a sua vida republicana, um conjunto de medidas que concentrasse tanto poder discricionário nas mãos de um chefe de Estado” (BRASIL, 2014, p. 101). Além disso, as decisões eram centralizadas sem o aval dos poderes legislativo e judiciário. Ou seja, houve fortemente a ruptura dos preceitos históricos do jurista francês Charles-Louis de Secondat, mais conhecido como Barão de Montesquieu (1689-1755), ele escreveu o

livro “O espírito das leis”. Nessa obra, formula a teoria da separação dos poderes do Estado em Legislativo, Executivo e Judiciário, como forma de evitar abusos dos governantes e de proteger as liberdades individuais. Dizia que “a lei é uma relação necessária que decorre da natureza das coisas”. E ainda que haveria grandes riscos de tirania “se uma mesma pessoa - ou uma mesma instituição do Estado - exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de ordenar a sua execução e o de julgar os conflitos entre os cidadãos” (MONTESQUIEU, 1996, p. 168).

E neste período da História brasileira os três poderes estavam diretamente e/ou indiretamente concentrados, exclusivamente, no poder Executivo. O presidente da República tinha a prerrogativa de fazer as leis, executar e julgar. Portanto, caracterizando assim uma tirania, conforme os preceitos de Montesquieu.

Para mascarar essa centralização do poder, os ditadores utilizaram o argumento de Poder Constituinte. Assim como fica destacado no preâmbulo do Ato Institucional nº 01, de 09 de abril de 1964, “Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação” (BRASIL, 1964). Sabemos que o Poder Constituinte na fundamentação jurídica é o Poder soberano que emana do povo, ou seja, é a capacidade política em criar, alterar ou eliminar a vigência e o conteúdo de uma Constituição. A titularidade e a legitimidade desse poder são de competência do povo, segundo a doutrina contemporânea.

Segundo Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2008, p.75-76),

O poder constituinte é aquele exercido pelo primeiro dos legisladores mencionados [legislador constituinte], ou seja, é o poder de elaborar e modificar normas constitucionais. É, assim, o poder de estabelecer a Constituição de um Estado, ou de modificar a Constituição já existente [...]. O poder constituinte é o poder que cria a Constituição. Os poderes constituídos são o resultado dessa criação, isto é, são os poderes estabelecidos pela Constituição [...]. Contemporaneamente, é hegemônico o entendimento de que o titular do poder constituinte é o povo, pois só este tem legitimidade para determinar quando e como deve ser elaborada uma nova Constituição, ou modificada e já existente. A soberania popular, que é, na essência, o poder constituinte do povo, é a fonte única de que procedem todos os poderes públicos do Estado (PAULO; ALEXANDRINO, 2008, p. 75-77).

Na verdade, temos um poder constituinte usurpado por ditadores. Ou seja, foram utilizados argumentos a fim de centralizar os poderes da República, além de justificar a tomada do poder visando buscar a legitimação das decisões políticas. Na verdade, o poder estava centralizado em apenas um grupo seletivo de militares, empresários e da elite, mas que supostamente representava a vontade da sociedade. Portanto, não existia Poder Constituinte e essa atitude contradiz todos os preceitos democráticos, pois não existem evidências de que o regime militar tenha convocado algum plebiscito, referendo ou até mesmo, uma assembleia constituinte ou convenção com a participação do povo para aprovar a usurpação do poder por meio de golpe.

## 5.2 Costa e Silva: o fortalecimento dos mecanismos de repressão

**Figura 4** – Capa da revista *Fatos e Fotos*, de 25/03/1967, anunciando a posse de Costa e Silva.



Fonte: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em: 24 dez. 2021

Iniciamos esta seção com uma leitura da capa da revista *Fatos e Fotos* de 25/03/1967 (figura 4). Observamos que a capa traz a manchete “Costa e Silva: a posse da esperança”. Notamos que o próprio discurso jornalístico e os meios de comunicação de massa foram utilizados como ferramentas do regime para reforçar, na época, o efeito de sentido que remetia a uma mensagem de esperança alicerçada em um espírito de renovação, de melhoria etc.

Aproveitando o ensejo, apresentamos, ainda, outro recorte jornalístico com a intenção de exemplificar como o sentido de “esperança” reverberou no espaço social naquele momento. A revista *Manchete*, numa edição de 1967, dizia sobre a posse de Costa e Silva:

Uma emoção silenciosa tomava conta dos que esperavam no Congresso, em Brasília, pouco antes das 11 horas da manhã, a chegada ao plenário do novo presidente do Brasil, Marechal Costa e Silva. Todas as dependências estavam superlotadas, e houve um murmúrio sereno quando o Senador Auro de Moura Andrade, logo após a breve cerimônia do juramento constitucional, declarava empossado o novo chefe de governo. Só então longos e intensos aplausos se ouviram, vindos do plenário e das galerias. De fisionomia sempre grave, o Marechal Costa e Silva agradeceu, enquanto D. Iolanda chorava, emocionada. O Senador Moura Andrade fez questão de salientar: **“Neste momento, o Brasil se reencontra com o estado de direito e volta à ordem constitucional.”** [...] Dois discursos curtos – o do presidente que retirava o do presidente que assumia – assinalaram a passagem do comando federal, no Palácio do Planalto. A fala do Marechal Castelo Branco resumiu, em traços largos, as realizações do seu governo. Noutro tom, o Marechal Costa e Silva emprestou à sua fala de posse as cores vivas de uma grande **mensagem de esperança** que repercutiu intensamente no Brasil inteiro. (MANCHETE, 1967, grifo nosso).

A “mensagem de esperança” também se apresenta, portanto, nos enunciados jornalísticos, corroborando nossas percepções acerca dessa noção nos discursos do período. Além da relação com os outros discursos, existem intenções ideológicas para mascarar o regime autoritário e fortalecer a continuidade do governo, transmitindo, naquele momento, que “o Brasil se reencontra com o estado de direito e volta à ordem constitucional”. Isso se caracteriza como uma coalizão de interesses em comum pela manutenção do *status quo*, pois existem objetivos por trás, a fim de alicerçar uma relação intrínseca com os interlocutores, visando criar um ambiente de legalidade jurídica e constitucional.

Diante do exposto, podemos perceber que o senador Auro de Moura Andrade exerceu um papel emblemático durante a ditadura militar e, especialmente, foi um dos personagens que contribuíram para a tomada de poder pelas Forças Armadas. Ele participou, em São Paulo, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ato público contra o governo realizado em março de 64. No dia 30 do mesmo mês, lançou um manifesto à nação declarando o rompimento entre o legislativo e o

executivo, bem como conclamando as forças armadas a se posicionarem na defesa das instituições.

No dia seguinte, estourava o Golpe de 64 e, mesmo com o então presidente João Goulart em exercício de suas atividades, em solo brasileiro, Moura Andrade, em agitada sessão do Congresso, por ele presidido, declarava vaga a presidência, dirigindo-se pessoalmente, a pé, à frente de uma legião de congressistas, ao Palácio do Planalto, para dar posse ao deputado Ranieri Mazzilli na presidência da República. Antes de terminar a sessão, fez a seguinte declaração:

[...] Há sob a nossa responsabilidade a população do Brasil, o povo, a ordem. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República (palmas prolongadas, protestos) e, nos termos do art. 79 da Constituição, declaro presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. (ANDRADE, 1964).

Tendo em vista essa declaração, podemos exemplificar como um ato performativo vinculado à Teoria dos Atos de Fala, de John Langshaw Austin (1911-1960). Pois,

enunciados performativos são enunciados que não descrevem, não relatam, nem constata absolutamente nada, e, portanto, não se submetem ao critério de verificabilidade (não são falsos nem verdadeiros). Mais precisamente, são enunciados que, quando proferidos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na forma afirmativa e na voz ativa, realizam uma ação. (SILVA, [s.d].)

Nesse sentido, para que um ato performativo tenha o seu efeito de ação, precisa ser proferido através de circunstâncias e contextos adequados. Se não, um enunciado performativo pronunciado em circunstâncias inadequadas não é falso, mas nulo, sem efeito. O simples fato de proferir um enunciado performativo não garante a sua realização/ação/efeito. Portanto, nesse caso, o presidente da câmara utiliza suas prerrogativas legais e estatutárias para declarar a abertura da sessão, aprovar leis e até mesmo declarar a vacância do cargo de presidente da República, pois ele detém a autoridade e o poder para a realização desses atos.

Nos anais da História brasileira, recebe severas críticas pela sua atuação como parlamentar, pois, diante das suas atribuições de presidente do Congresso Nacional, ele deu o suporte institucional para a tomada ilegítima do poder pelas Forças Armadas, contrariando assim a Constituição de 1946, em vez de manter a

ordem republicana e assegurar a continuidade de um governo eleito democraticamente.

Após essa breve digressão, retomamos o foco da nossa pesquisa. O pronunciamento de posse de Costa e Silva foi realizado no Palácio do Planalto. A tomada de posse foi realizada no Congresso Nacional, para transmitir a imagem de um ambiente democrático e ordeiro. A transição de governo foi realizada, no Palácio do Planalto, com a presença de Castello Branco. A tomada de posse perante o poder legislativo representa a legitimação no cargo e o respeito aos três poderes da República.

O texto oficial apresenta apenas duas laudas e transmite, predominantemente, uma mensagem de agradecimento ao governo de Castello Branco pelas contribuições de seu mandato, reafirmando o compromisso com a continuidade do regime.

Costa e Silva, inicialmente, na SD 8, agradece a transição do poder por meio do simbolismo da faixa presidencial. Ele transmite, por meio de um exercício retórico, sentimentos de esperança e de continuidade das doutrinas da ditadura. Assim como podemos identificar:

**SD 8.** *É com grave emoção que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência as insígnias simbólicas da magistratura suprema da República. Tenho consciência nítida e profunda da significação desta [sic] ato e deste momento. Para eles vêm confluir as esperanças e as incertezas, as aspirações e as realidades de um novo simples e bom, sofredor e paciente, tocado do sentimento caloroso da terra em que nasceu e da sua vocação para a grandeza (COSTA E SILVA, 1967, p. 175).*

Em seguida, afirma que:

**SD 9.** *A Presidência da República não é apenas uma forma de exercício administrativo. É muito mais do que um cargo executivo. É, acima de tudo, um posto de comando moral. Assim a compreendo e assim quero exercê-la, com a suprema aspiração de ser útil ao meu País, na medida humilde do que sou (COSTA E SILVA, 1967, p. 175).*

A SD 9 inicia-se com uma breve explicação sobre a representação do cargo. Além disso, a promessa feita passa pela moralidade: trata-se de assumir e cumprir o cargo com honradez. Os militares possuem protocolos, paradigmas e ideologias muito alicerçadas na moral, nos bons costumes e na hierarquização. Esses preceitos são essenciais para o funcionamento das Forças Armadas. Contudo, além

da vagueza desses termos, na forma como eles são postos em prática distorcem o conceito de moral e o leva para um lado totalmente extremista. A moral dos militares é apenas focalizada no processo de ordem e controle; os bons costumes são caracterizados como um *status quo* que possui viés de cultura excludente, além do processo de hierarquização que controla e oprime os cidadãos.

**SD 10.** *Posso afirmar que assisti ao desdobrar-se dos atos mais penosos de um governo, que, sendo inicialmente de preparação, conseguiu ser muito mais do que isso e muito realizou. Nele tomei parte ao lado de Vossa Excelência. Foi uma das fases mais difíceis do nosso regime republicano, em que o Governo teve de desdobrar-se entre as imposições imperativas da ordem e da autoridade, sem deixar de acudir aos anseios de liberdade e, de mistura com eles, enfrentar as incompreensões, a má-fé e a cobiça do poder (COSTA E SILVA, 1967, p. 176).*

Essa sequência discursiva, a SD 10, nos faz questionar fortemente alguns conceitos elucidados, tendo em vista o uso do termo “regime republicano” e do trecho “[...] sem deixar de acudir aos anseios de liberdade”. Arthur da Costa e Silva representava a “linha dura” nas Forças Armadas, e o seu período de mandato foi caracterizado como “os anos de chumbo”. Os militares de “linha dura”, segundo a Escola Superior de Guerra (ESG), defendiam o controle e a centralização dos poderes republicanos exclusivamente no Poder Executivo, sem a participação de outros segmentos da sociedade. Isso pode ser considerado contraditório, considerando-se o pronunciamento de posse proferido pelo presidente. É sabido que, durante o governo Costa e Silva (1967-1969), as manifestações contra a ditadura militar se intensificaram.

Essa contradição se elucida em dezembro de 1968, quando o governo fechou o Congresso Nacional e decretou o AI-5, que reforçou o Poder Executivo e, entre outras medidas, fortaleceu a censura prévia à imprensa, permitiu a suspensão dos direitos constitucionais de qualquer cidadão, cassou os direitos políticos de todos que fossem considerados subversivos e autorizou a decretação de estado de sítio e o confisco de bens. Em seu preâmbulo, o AI-5 traz à tona as considerações do primeiro AI:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e CONSIDERANDO que a

Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria” (Preâmbulo do Ato Institucional nº 5, de 9 de abril de 1964). (BRASIL, 1968).

É importante perceber os detalhes que fundamentam uma das leis que regiam a ditadura militar. O texto jurídico remete a ideais de liberdade, ordem democrática e dignidade humana, mas, de forma incompreensível, cita que a lei foi promulgada considerando o “combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”. As ideologias contrárias são o comunismo, a esquerda, entre outras que buscam a liberdade democrática e o combate às desigualdades sociais. Nesse sentido, percebemos uma vagueza discursiva sem fundamentação, com a promulgação apenas para justificar os atos grotescos da época por meio de uma suposta legalidade.

Por fim, conclui o seu pronunciamento de posse da seguinte forma:

**SD 11.** [...] *Acima de tudo, trago preparados espírito e coração. Confio em que não decairei, jamais, da confiança dos meus concidadãos e da rica herança que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência. E peço a Deus que me conceda a graça de ser sempre justo e isento, firme na palavra empenhada e inflexível na ação necessária, e consagre a minha esperança de fazer pelo Brasil o que ele espera e merece (SILVA, 1967, p. 176).*

Na SD 11, percebemos que o pronunciamento de Costa e Silva traz vinculação com o discurso religioso. Lembramos que, de acordo com o catecismo da igreja católica, a esperança é uma virtude. Fé, esperança e caridade são as chamadas virtudes teologais, aquelas que conectam o ser humano a Deus, ou seja, que guiam uma vida baseada nos preceitos cristãos. Esses sentidos são trazidos do discurso religioso e colocados no âmbito do discurso político, como podemos destacar no trecho “E peço a Deus que me conceda a graça de ser sempre justo e

isento, firme na palavra empenhada e inflexível na ação necessária, **e consagre a minha esperança de fazer pelo Brasil o que ele espera e merece**”.

Existe, então, uma forte inter-relação entre a política e a religião. Justamente por isso, esses preceitos religiosos acabam deslizando para produzir sentidos em relação a outras questões, como educação, trabalho, desenvolvimento etc. Nesse contexto, a esperança adquire um papel preponderante, até mesmo em função do gênero discursivo em questão, o pronunciamento de posse. Ele busca se apresentar como homem de fé, que tem uma relação com Deus. Outras facetas dessa noção de esperança podem ser observadas, ainda, no pronunciamento de posse do terceiro presidente do regime militar brasileiro, Emílio Garrastazu Médici, que agora passamos a analisar.

### 5.3 Médici: o progresso alicerçado nas desigualdades sociais

Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) (figura 5) foi presidente do Brasil e exerceu o cargo entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Durante seu governo, foram atingidos altos índices de crescimento econômico, mas aumentaram os índices de desigualdade social e concentração de renda, além da alta taxa de analfabetismo. Mesmo assim, foi a época do chamado “milagre brasileiro” que foi caracterizado pela aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), industrialização e inflação baixa.

**Figura 5** – Emílio Garrastazu Médici na Biblioteca do Palácio da Alvorada.



Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/arquivo-secreto-de-medici-vem-a-tona-com-documentos-ineditos-da-ditadura/> Acesso em: 24 dez. 2021

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva foi acometido de um derrame cerebral que o afastou do poder, sendo substituído por uma Junta Militar. No dia 25 de outubro, o Congresso Nacional foi convocado para escolher o novo presidente de forma indireta. O general Emílio Garrastazu Médici foi indicado para assumir o poder no dia 30 de outubro de 1969, com a promessa de restabelecer a democracia.

Avançando em nossas observações, seguindo a mesma metodologia de análise aplicada nos tópicos antecedentes, trazemos os seguintes recortes do pronunciamento de posse intitulado “Mundo sem fronteiras”.

**SD 12.** *E, porque assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. (MÉDICI, 1969, p. 35)*

Ficam claros os argumentos com promessas e compromissos perante a nação. Enunciados que destacam que serão realizados todos os esforços necessários para consolidar os projetos. Sabemos que, em qualquer governo, objetivos e metas devem ser cumpridos, e, no trecho acima, Médici explana pontos que são prioridades (agricultura, abastecimento e alimentação), focando em novas práticas e visando uma “revolução” alicerçada em argumentos de esperança, melhorias e esforços.

**SD 13.** *Homem do povo, olho e vejo o trabalhador de todas as categorias e sinto que, normalizada a convivência entre empregados e patrões, e consolidada a unificação da previdência social, **nosso esforço deve ser feito na formação e no aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada** e no sentido da formulação de uma política salarial duradoura, que assegure o real aumento do salário e não o reajustamento enganador. (MÉDICI, 1969, p. 33, grifo nosso).*

Na SD 13, Médici busca criar uma imagem de si como homem trabalhador, humilde e participante da classe proletária. O *ethos* fica fortemente evidente nesse trecho, na construção da imagem de si, ou seja, numa estratégia que visa construir uma credibilidade política.

Além disso, Médici afirma o compromisso com a ampliação dos direitos trabalhistas e promete diversas ações, como a reformulação da previdência social e a formação de mão de obra especializada, esta última enraizada numa visão tecnicista da educação básica. Nesse contexto, o Brasil já vislumbra o surgimento da chamada pedagogia tecnicista:

É uma linha de ensino, adotada por volta de 1970, que privilegiava excessivamente a tecnologia educacional e transformava professores e alunos em meros executores e receptores de projetos elaborados de forma autoritária e sem qualquer vínculo com o contexto social a que se destinavam. Além de apresentar características autoritárias, a pedagogia tecnicista pode ser considerada não-dialógica, ou seja, ao aluno cabe assimilar passivamente os conteúdos transmitidos pelo professor. Essa pedagogia difere da progressista, que privilegia a formação de cidadãos participativos e conscientes da sociedade em que vivem. (MENEZES, 2001, n.p)

Em meados da década de 70, a educação foi uma das estruturas estatais que mais sofreram transformações significativas. Visando ao controle e à coerção social, a formação tecnicista foi um dos pilares ideológicos que influenciaram a manutenção do regime, pois criava uma mão de obra alienada, sem espírito crítico-reflexivo. O governo militar retirou, por meio da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, as disciplinas das ciências humanas que instigam e proporcionam reflexões sobre a sociedade e os seus aspectos. Assim, como afirma Freitas (2009, p. 282):

A retirada do currículo das disciplinas História e Geografia, substituindo-as por Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, ministradas com base em manuais que eram, na realidade, canais de comunicação dos repertórios políticos governamentais, demonstrava a projeção idealizadora de um futuro trabalhador invulnerável aos apelos da luta política e por democracia (FREITAS, 2009, p. 282).

Em outras palavras, essa “formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada” apresentada por Médici foi concretizada e trouxe consequências estruturais para a formação de milhares de jovens. A profissionalização do Ensino Médio visava a uma formação tecnicista para o mercado de trabalho, vinculada ao capitalismo, ao crescimento econômico e à produção de capital. Isso é retratado através de um preâmbulo representado pelo pronunciamento de posse, uma retórica da esperança de vidas melhores, com emprego e renda para o povo brasileiro.

**SD 14.** *E, porque o sinto e o creio, é que darei de mim o que puder pela melhor formulação da política de ciência e tecnologia, que acelere nossa escalada para os altos de uma sociedade tecnológica humanizada.*

[...]

*Homem de meu tempo, tenho fé que possamos, no prazo médio de meu governo,*

*preparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição nos anos 2000 e assegurar a nossa participação em programas nuclear e espacial, sempre já que sirvam para a aceleração do desenvolvimento brasileiro. (MÉDICI, 1969, p. 38)*

Em meados de 1969, Médici explana a preocupação com o século XXI, que se inicia nos anos 2000. Discorre que o compromisso do governo é preparar as bases para o progresso científico por meio dos programas nuclear e espacial. Como parte dessa política, podemos citar as obras que foram iniciadas durante o período, a exemplo da Usina Nuclear de Angra dos Reis. Além disso, Médici apresenta argumentos religiosos, como “creio” e “tenho fé”, para transmitir a imagem de um homem crente e alicerçado nos princípios cristãos. Verifica-se, portanto, que a presença do elemento religioso como base para a argumentação é uma regularidade nos discursos do regime militar brasileiro.

**SD 15.** *Homens de meu País! Neste momento eu sou a oferta e a aceitação. Não sou promessa. Quero ser verdade e confiança, ser a coragem, a humildade, a união. A oferta de meu compromisso ao povo, perante o Congresso de seus representantes, quero-a um ato de reverdecimento democrático. [...] E sinto que podemos ter um mundo sem fronteiras ideológicas, onde cada povo respeite a forma dos outros povos viverem. (MÉDICI, 1969, p. 33-34).*

O Congresso Nacional possuía um papel figurativo diante de todo o suposto processo democrático apresentado pelos militares. Nessa sequência discursiva fica fortemente elucidada uma argumentação falaciosa, pois a afirmação “podemos ter um mundo sem fronteiras ideológicas, onde cada povo respeite a forma dos outros povos viverem” caracteriza-se como algo controverso, pois não se respeitava a pluralidade de ideias e a diversidade ideológica da população. Qualquer tipo de manifestação, ato ou ação contra o governo eram violentamente reprimidos pelas forças governamentais.

**SD 16.** *E, porque o creio, convoco a vontade coletiva, a participação de todos os que acreditam na compatibilidade da **democracia** com a luta pelo desenvolvimento, para que ninguém se tenha espectador e todos se sintam agentes do processo. (MÉDICI, 1969, p. 36, grifo nosso).*

O empossado assume o compromisso com a plenitude do regime democrático, mas sabemos que o seu governo foi um dos governos mais

repressivos, especialmente diante dos Atos Institucionais (AI's), medidas com força de lei impostas de forma autoritária, sem que a população, o poder legislativo ou o judiciário tenham sido consultados. Além disso, não havia participação da população, embora o pronunciamento de posse traga a perspectiva de que “todos se sintam agentes do processo”. Assim, como afirma os registros da Comissão Nacional da Verdade:

Com Médici, o regime ditatorial-militar brasileiro atingiu sua forma plena. Criara-se uma arquitetura legal que permitia o controle dos rudimentos de atividade política tolerada. Aperfeiçoara-se um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil: sindicatos, organizações profissionais, igrejas, partidos. Erigiu-se também uma burocracia de censura que intimidava ou proibia manifestações de opiniões e de expressões culturais identificadas como hostis ao sistema. Sobretudo, em suas práticas repressivas, fazia uso de maneira sistemática e sem limites dos meios mais violentos, como a tortura e o assassinato. (BRASIL-CNV, p. 102).

Os membros da sociedade civil que poderiam colaborar com o crescimento do país foram perseguidos pelos órgãos de repressão, como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Esses membros da sociedade civil eram professores, pesquisadores, jornalistas, artistas, estudantes, religiosos e militares contrários à ditadura, que sofreram inúmeras consequências.

**SD 17.** *Homem da lei, sinto que a plenitude do **regime democrático** é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. [...] E sinto que urge fortalecer o **Partido da Revolução**, para que ele seja, não só o sustentáculo deste governo, mas uma verdadeira escola de política nacional harmonizada com o pensamento revolucionário. [...] E espero da Oposição quer nos honre com o cumprimento de seu dever, apontando erros, aceitando acertos, indicando caminhos, fiscalizando e fazendo também a sua **escola de democracia**, dignidade e respeito mútuo. (MÉDICI, 1969, p. 39-40, grifo nosso).*

De forma sutil, é falado que é necessário consolidar o sistema representativo e a pluralidade dos partidos, mas, nesse período, estava em voga o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu todos os partidos políticos, substituindo-os por dois únicos partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), para dar apoio ao governo, e o

Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para fazer oposição de forma consentida e controlada. Os opositores, quando considerados “subversivos” pelo regime, eram perseguidos, torturados e mortos. Ou seja, o controle das ideias e pensamentos fica provado diante do bipartidarismo.

#### 5.4 Ernesto Geisel: a abertura política lenta, repressiva e violenta

O “milagre econômico” dava os seus primeiros sinais da sua decadência com a alta da inflação, da dívida pública e a queda do crescimento econômico. O governo Geisel assume grandes desafios, nesse sentido, o modelo desenvolvimentista proposto pelo ministro Delfim Neto seria substituído pelas propostas do II Plano Nacional de Desenvolvimento, instituído pelo novo ministro Mário Henrique Simonsen. Para tanto, a máquina pública investiria fortemente no setor estatal buscando recursos com a elevação da taxa de juros e a emissão de títulos resgatáveis. Contudo, a crise econômica se agravou por meio do congelamento dos salários que motivou a mobilização de grandes manifestações e greves. Sabendo dos desafios que iria enfrentar, Geisel já anunciava suas intenções e pretensões enquanto o próximo mandatário da nação.

**Figura 6** - Discurso proferido na transmissão do poder, em 15 de março de 1974, no Palácio do Planalto.



Fonte: <https://www.notibras.com/site/quando-ulysses-fechou-os-olhos-aos-ditadores-latinos/>

**SD 18.** “Eis aí o tónus revigorante que trouxe ao país esta **Revolução de 64** que breve completará um decênio criador e que não se esvaiu em promessas vãs, antes

*demonstrou, com realidades e com números, a que veio realmente, através da obra fecunda que ora ostenta aos olhos todos do mundo” (GEISEL, 1974, p. 34, grifo nosso).*

Nesta sequência discursiva, percebemos que Geisel segue a mesma linha ideológica ao utilizar o termo “Revolução de 64” como forma de amenizar o golpe de 1964. Nesse sentido, podemos caracterizar como uma forma de dissimulação por meio de relações de dominação que são ocultadas, negadas ou obscurecidas. Ou seja, a dissimulação vai demonstrar que a ideologia pode ser usada também para mascarar, ocultar, dissimular relações de dominação. Para isso, podem ser utilizadas as estratégias de deslocamento – transferência de palavras de um contexto para o outro, provocando novos sentidos, além da eufemização – uso de palavras suavizando ações, situações e dando-lhes caráter positivo (THOMPSON, 2011)

**SD. 19** *Natural é, portanto, que ela, **dramaticamente nascida, como tinha de ser, de um dissenso dilacerador e profundo**, enfune agora **velas de esperança a um futuro**, mais promissor ainda, de generoso consenso nacional em torno do decidido e magnífico propósito da criação de uma grande nação, próspera, soberana e justa — o Brasil de nossos filhos, o Brasil de nossos netos (GEISEL, 1974, p. 35, grifo nosso).*

Nessa sequência discursiva, percebemos dois modos gerais de operação da ideologia por meio da unificação, criando uma construção simbólica de identidade coletiva e da reificação focando na naturalização como ação natural e necessária. O presidente assume que houve uma ruptura drástica no regime político do país ao destacar “dramaticamente nascida, como tinha de ser, de um dissenso dilacerador e profundo”. Em outras palavras, ele afirma que mesmo com todos os conflitos e discordâncias, o golpe foi benéfico para a nação, pois trouxe prosperidade, soberania e justiça em todos os lares. Buscando assim, utilizar argumentos de naturalização e unificação para o bem maior do povo brasileiro.

Contudo, sabemos que a ditadura militar colocou o Brasil na condição de décima potência capitalista do mundo, mas ocupava os primeiros lugares quando se tratava de mortalidade infantil, desigualdade social e concentração de renda, e um dos últimos lugares quando se tratava de acesso à saúde, à educação e ao lazer (BOULOS JÚNIOR, 2009, p. 238)

Além disso, a reificação acima mencionada é a “retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal (THOMPSON, 2011, p. 87). Ou seja, para os militares o golpe de Estado foi necessário e natural sendo uma ação característica de qualquer regime democrático com a finalidade de combater um inimigo supostamente criado, o comunismo.

Assim como afirma Thompson:

[as] relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. (THOMPSON, 2011, p. 86).

Na próxima sequência discursiva podemos perceber fortes traços de legitimação vinculados ao processo de universalização na busca perene de mostrar que os interesses de um pequeno grupo representam os anseios da população, ou seja, “os interesses específicos são apresentados como interesses gerais”.

**SD 20.** *“Na direção suprema do país, V, Exa., cuja estatura de governante sereno e firme, em sintonia sempre com os **anseios populares**, ora se incorpora em traços definitivos singulares à história de nossa Pátria, bem como os **beneméritos Presidentes revolucionários** que o antecederam — **Castello Branco na sua exemplaridade austera de estadista, Costa e Silva no seu autêntico perfil de líder humano, resoluto e bom** — lançaram as bases sólidas desta grande renovação nacional que é realmente obra, ingente e dignificante, de nosso povo, mas também é, substancialmente, inspiração demiúrgica dos três grandes líderes revolucionários que tão bem souberam encarnar, em sucessão, o ideário todo, mais ou menos indefinido antes, da Revolução de 64” (GEISEL, 1974, p. 34, grifo nosso).*

Além disso, destaca-se a presença da adjetivação dos ex-presidentes e da descrição das suas personalidades como forma de executá-los, por exemplo, “beneméritos Presidentes revolucionários; [...] Castello Branco na sua exemplaridade austera de estadista, Costa e Silva no seu autêntico perfil de líder humano, resoluto e bom”. Sendo assim, o presidente Geisel utiliza a estratégia simbólica de eufemizar, na qual “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou reescritas de modo a despertar uma valoração positiva”. (THOMPSON, 2011, p. 84).

Em todos os discursos de posse da ditadura militar sendo no Congresso Nacional ou no Palácio do Planalto, os presidentes citam Deus como forma de buscar a legitimação no mandato sendo personalidades que foram nomeadas por

Deus para conduzir as ações do governo, além clama a Deus força, clarividência e energia para governar. Assim, como podemos destacar no trecho a seguir:

**SD 21.** *Que Deus me dê forças a mim, e clarividência e energia, para **levar avante esse legado superior** de consciência cívica e de pragmatismo criador, para **o bem de nossa Pátria e bem-estar de nosso povo**. Que este, nas reservas genuínas de sua robusta fé patriótica, encontre ânimo cada vez maior para enfrentar os duros embates que nunca faltarão, nesta **luta incansável de todos os dias do erguimento de uma grande nação, tal a que esperamos legar às gerações futuras** (GEISEL, 1974, p. 34, grifo nosso).*

### 5.5 João Figueiredo: o início do fim

O governo de Figueiredo foi caracterizado pelo processo de abertura lenta e gradual da política. Isto queria dizer que toda a tramitação foi controlada pelos militares. Durante o seu mandato, sancionou a Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, em que os perseguidos políticos puderam retornar aos empregos e os exilados voltarem ao país. Além do retorno da pluralidade partidária com o surgimento do PDS (Partido Democrático Social); PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), integrado por aqueles que formaram o MDB e liderado pelo deputado Ulysses Guimarães; PP (Partido Popular); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fundado por Getúlio Vargas; PDT (Partido Democrático Trabalhista); PT (Partido dos Trabalhadores), fundado por Luiz Inácio Lula da Silva. Foi um período marcado por diversas mudanças políticas e sociais com pulsantes manifestações e mobilizações em prol da democracia plena.

**Figura 7** - 15 de março de 1979, Palácio do Planalto, Brasília - DF, discurso ao receber a faixa presidencial das mãos do presidente Ernesto Geisel.



Fonte: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1777744-restituicao-dos-anos-da-abertura-conclui-obra-sobre-a-ditadura-militar.shtml>

**SD. 22** *Deus me premiou ao fazer-me receber esta faixa, insígnia da mais alta magistratura de nossa Pátria, das mãos honradas de Vossa Excelência (FIGUEIREDO, 1979, p. 1, grifo nosso).*

Conforme destacado, no início desse trabalho, o ser humano, historicamente, tem como ganância o poder e o status. Faz parte da sua natureza influenciar, persuadir e colocar em prática suas visões e virtudes. Para que tudo isso se concretize precisamos ter uma capacidade argumentativa desenvolvida. Em um pronunciamento político devemos conhecer o nosso público, o local, as ideais e os pensamentos envolvidos para que a mensagem seja alcançada com clareza.

Um ser humano ao receber um cargo de liderança terá que buscar a legitimidade para conduzir as atividades. Não apenas o poder pelo poder que torna a pessoa forte para implantar suas ideias. Mesmo em um período ditatorial repleto de perseguições políticas, torturas e mortes, o presidente empossado utiliza como argumento a legitimidade religiosa.

Thompson deixa evidente as categorias ideológicas, que neste caso, podemos destacar a legitimação que são relações de dominação representadas como legítimas ao afirmar que “Deus o premiou” para liderar a nação brasileira. Esse argumento tem como objetivo justificar a investidura no cargo, pois o orador tendo conhecimento de que a religião predominante no país é o catolicismo. Utiliza essa estratégia para representar que a sua posse foi delegada pelo Ser Supremo que possui espírito infinito e eterno, que inclui os atributos da onipotência (poder ilimitado) e onisciência (todo conhecimento do Universo). Portanto, ao receber essa “dádiva” (prêmio), o torna legítimo para receber a faixa presidencial.

Além disso, predomina uma falácia nessa sequência discursiva, pois Deus como um ser sobrenatural não teria de forma prática ter entregado o cargo ao Figueiredo. Na verdade, sabemos que o presidente foi eleito de forma indireta, de forma antidemocrática sem a participação efetiva da população brasileira. Em seguida, discorre:

**SD 23.** *Vi Vossa Excelência sofrer com os que sofrem. Jamais tomar para si os momentos de alegria e de realização. Examinar as questões e decidir, no interesse exclusivo do **bem da Nação e do Povo** (FIGUEIREDO, 1979, p. 1, grifo nosso).*

Durante todo o pronunciamento de posse, percebemos um diálogo entre o ex-presidente e o novo mandatário. Pois, o gênero discurso de posse, geralmente, tem como estrutura argumentativa em que o recém-empossado se apresenta a população, explana as suas ideias e suas convicções sobre o futuro e o mandato. Contudo, existe uma forte predominância em dialogar com o antecessor.

Os argumentos são floridos de agradecimentos ao antecessor, neste caso, exaltando o Geisel. Ou seja, fica evidente a continuidade do regime autoritário sem a ruptura que tanto a população solicitava nas ruas.

Além disso, para os militares o que seria o “bem da Nação e do Povo”? Por que existe essa separação discursiva entre povo e nação? O povo não é nação? A nação não é povo?

Nesse sentido, Pedro Lenza define nação como “o conjunto de pessoas nascidas em um território, ladeadas pela mesma língua, cultura, costumes, tradições, adquirindo uma mesma identidade sociocultural” e povo como o “conjunto de pessoas que fazem parte do Estado – o seu elemento humano, unido ao Estado pelo vínculo jurídico-político da nacionalidade” (LENZA, 2012, p. 1.097).

Sabemos que em um regime ditatorial, a nação é representada, exclusivamente, pelo Estado. Ou seja, sem a participação do povo e da sociedade em geral. Fica restrita apenas para um grupo seletivo de pessoas.

O Estado como um organismo vivo enraizado em nosso cotidiano que dita, controla e fiscaliza nossas atitudes. Mas, esse Estado é controlado por pessoas investidas por cargos criados pelas próprias pessoas. O nosso poder é transferido para essas lideranças que nos controlam, nos comandam e nos influenciam.

**SD 24.** *Às Nações com sistemas diferentes do nosso, reitero a disposição de manter um relacionamento profícuo e dinâmico. Desejamos aproveitar construtivamente todas as oportunidades de cooperação, com resguardo das singularidades sociais e políticas, na **esperança de um caminho de paz***” (FIGUEIREDO, 1979, p. 4, grifo nosso).

Nesse contexto, é ressaltado o contexto geopolítico internacional que estava em voga a Guerra Fria, revoluções, golpes e crises econômicas. Além do forte relacionamento que o Brasil e os Estados Unidos possuíam durante a década de 70 por meio da Doutrina de Segurança Nacional. Nesse período, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com o seu exército vermelho torna-se um dos mais poderosos do mundo e demonstra grande prosperidade econômica,

todavia, o encerramento das corridas espacial e armamentista já são um indício de enfraquecimento do regime.

**SD 25.** *Reafirmo, portanto, os **compromissos da Revolução de 1964**, de assegurar uma sociedade **livre e democrática**. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel (FIGUEIREDO, 1979, p. 5-6, grifo nosso).*

Durante os 21 anos da ditadura civil-militar, todos os presidentes ressaltaram o termo “Revolução de 64” e até mesmo, o Exército Brasileiro exalta esse período como uma conquista benéfica para a população. É muito sórdido e perverso pensar dessa forma, pois pessoas que eram contra o regime foram perseguidas, torturadas e mortas, conforme consta no volume III do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que traz os perfis dos 434 mortos e desaparecidos políticos no Brasil e no exterior de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, indicados no “Quadro geral da CNV sobre mortos e desaparecidos políticos”.

**SD 26.** *Reafirmo: **sustentarei a independência dos poderes do Estado e sua harmonia**, fortalecendo, para que atinja sua plenitude, a Federação sonhada pelos fundadores desta Pátria (FIGUEIREDO, 1979, p. 6, grifo nosso).*

Sabemos que os poderes do Estado foram dissolvidos, além de comprometer a harmonia da federação com a promulgação dos Atos Institucionais, conforme consta nos registros históricos:

Durante a ditadura militar (1964/85), o Congresso foi fechado três vezes. O Ato Institucional nº 2 (AI-2) deu ao presidente da República o poder de decretar o recesso do Congresso, e nesse período o presidente tinha a prerrogativa de legislar. Em 20 de outubro de 1966, o marechal Castelo Branco decretou recesso por um mês, para conter um "agrupamento de elementos contrarrevolucionários" que tinha se formado no Legislativo "com a finalidade de tumultuar a paz pública". Em 13 de dezembro de 1968, o marechal Costa e Silva baixou o AI-5, fechando o Congresso para combater a subversão e as "ideologias contrárias às tradições de nosso povo". O último a decretar o fechamento do Legislativo foi o general Ernesto Geisel, em 1977, por meio do “pacote de abril”, depois que o Congresso rejeitou uma emenda constitucional. Geisel alegou que o MDB havia estabelecido uma "ditadura da minoria" (PARLAMENTO, 2018).

Em qualquer ditadura, os preceitos norteadores de Locke e Montesquieu que visam evitar a concentração de poder e o abuso por meio de uma tirania são quebrados. Existindo a quebra dessa harmonia surge um desequilíbrio estrutural, especialmente no Poder Legislativo que detém a prerrogativa de legislar, isto é, de propor leis para o Estado e de realizar ações de fiscalização do Executivo, exigindo que este preste esclarecimentos sempre que necessário. Portanto, fechando o Congresso Nacional o presidente exerce plenos poderes de legislar e executar as suas ações ditatoriais.

Por fim, a “retórica da esperança” de que estamos tratando apresenta-se, nos pronunciamentos de posse, sob várias facetas. Podemos apontar algumas palavras que parecem circular no mesmo campo semântico de “esperança”, funcionando por meio de relações de paráfrase. Para sintetizar essas ocorrências, trazemos o seguinte quadro:

**Quadro 2 – Paráfrases da noção de esperança**

<b>Palavras em relação de paráfrase com a noção de esperança:</b>
Futuro
Progresso
Aperfeiçoamento
Desenvolvimento
Reforma
Remédio
Esperança
Aspiração
Liberdade
Fé
Crença
Democracia

Fonte: De autoria própria (2022)

Observamos que todas essas palavras aparecem em relação à paráfrase, ou seja, existe uma reformulação de uma palavra, texto e expressões originais, mas a ideia central da informação fica mantida. Portanto, fica evidente o retorno do mesmo significado da palavra “esperança”, que se apresenta em outras formulações: sua essência discursiva permanece de forma significativa. Essas palavras podem até

mesmo ser caracterizadas como possíveis “sinônimos” na situação em questão, por sua vinculação a uma “matriz de sentidos”. Como destaca Orlandi (2020, p. 34),

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações dele dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização.

Portanto, “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos, e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2020, p. 20). Os sentidos de uma palavra, de um enunciado ou de um discurso são múltiplos, mas estão todos interligados e interconectados, dependendo dos objetivos dos discursos proferidos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproveitamos esse espaço para explicar algumas questões particulares. Durante o processo de análise, surgiram diversos questionamentos referentes ao período de 1964-1985, especialmente sobre a sua essência ditatorial. Vejam como os discursos nos influenciam, pois nos fizeram refletir sobre se a ditadura militar foi realmente tão autoritária e opressora. Fazer uma pesquisa acadêmica desse caráter requer uma imersão na História. E, aqui, reafirmamos o nosso pensamento inicial: discordamos totalmente das atrocidades e perseguições da ditadura militar. Mas percebam como somos influenciados e persuadidos diante desses discursos, que estão fortemente mascarados com teor de “legalidade”. Pois, sabemos que

O grande instrumento do Estado é o Direito, isto é, o estabelecimento das leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes. Através do Direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como “Estado de direito”. O papel do Direito ou das leis é o de fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal, e por ser legal e não violenta deve ser aceita. A lei é direito para o dominante e dever para o dominado. (CHAUÍ, 2012, p. 99).

Em outras, palavras os Atos Institucionais representavam essas leis que deveriam ser cumpridas, mesmo sendo contraditórias aos preceitos democráticos. A lei (AI's) se caracteriza como um direito de ação e coerção para os militares (dominantes), e um dever para a toda população reprimida (dominados).

Realmente, estamos mesmo diante de algo muito sedutor e persuasivo, com argumentos “floridos”, de ordem moral, desenvolvimentista e que pregam o progresso social tão sonhado pela população. De qualquer forma, estamos diante de uma retórica que se vincula a temáticas de esperança e futuro. E, aqui, não usamos “retórica” como adjetivo, mas como substantivo. O que temos são presidentes levando a nação a olhar para o futuro.

Além disso, deixo aqui uma indagação para refletirmos: o que é, concretamente, um discurso oficial e por que ele é tomado como um enunciado único e verdadeiro. Naquela época, o discurso oficial era tratado como verdadeiro, mas, mesmo assim, escondia as atrocidades da ditadura militar. Então, por que ainda alguns indivíduos insistem em defender o oficial como verdadeiro? Devemos compreender que o “oficial” é representação de uma versão discursiva/enunciativa de uma instituição governamental gerenciada por pessoas.

Portanto, concluímos que a linguagem possui um caráter político, e isso fica comprovado durante toda nossa pesquisa. Podemos caracterizar a primeira década da ditadura militar, por meio dos seus presidentes, da seguinte forma: Castello Branco assume com um discurso de defesa do novo governo, visando o “combate ao comunismo”; Costa e Silva alicerça seus pronunciamentos na manutenção ferrenha e continuada da “revolução”; Médici busca equilibrar os seus discursos entre desenvolvimento econômico e progresso da Nação, justificando que as ações do governo trouxeram melhorias ao país; Geisel transita em ser um ditador moderador da transição política e ao mesmo tempo, rígido com as suas posições; Figueiredo conduzindo o processo de decadência do regime, mas ávido na expectativa de continuidade da ditadura. Nesse cenário, podemos ser ousados em afirmar que os sujeitos da nossa pesquisa são homens, brancos, militares, de classe média e de meia-idade; são sujeitos que ocuparam o lugar de liderança da nação, que governaram, comandaram o país.

Neste momento, retomamos um dos pensamentos iniciais deste trabalho: a política é um campo fértil para a investigação do discurso, um campo onde cada representante político usa, contínua e necessariamente, recursos para explicar, convencer, persuadir, ofender, atacar, defender-se etc., de forma que não dá para pensar em política sem associá-la ao discurso. A política nos molda, por meio de discursos que materializam a ideologia, que pode ser nacionalista, progressista, conservadora, opressora, libertária etc. Contudo, não queremos aqui taxar o discurso político como algo exclusivamente demagogo. Temos como intenção demonstrar que todas essas estratégias que foram apresentadas durante o decorrer dessa pesquisa fazem parte de forma naturalizada do discurso político. Não podemos caracterizá-lo como algo positivo e negativo, mas está inserida de forma intrínseca no seio linguístico.

Por fim, há uma retórica que passa pelo mascaramento de muitas circunstâncias. A própria noção de democracia, tão enfatizada, tem um papel fundamental, que é o de encobrir a estrutura nascente de um regime marcado pela repressão. Sendo assim, fica evidente um conceito de democracia que mascara a essência dos ideais democráticos. Ou seja, uma pseudodemocracia como pano de fundo para executar as atrocidades desse regime político centralizador, ditatorial e repressivo.

## REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. Dos topoi aos estereótipos: a análise do dóxica no discurso. *In*: GOMES, M. C. A.; CATALDI, C.; MELO, M. S. S. **Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. p. 130-154.
- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- AUSTIN, John L. *How to do Things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.
- ANDRADE, Moura. Ouça o áudio e leia trechos da sessão do Congresso que depôs Jango. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/ouca-o-audio-e-leia-trechos-da-sessao-do-congresso-que-depos-jango.html> Acesso em: 24 dez. 2021
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- BRASIL, Biblioteca da Presidência da República. **Galeria dos Ex-Presidentes**. Governo Federal. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 2 out. 2021.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.
- BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição dos Estados Unidos Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) Acesso em: 24 dez. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. **Ato Institucional Nº 05, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília, DF, 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 24 out. 2021.
- BRASIL. Palácio do Planalto. **Juramento constitucional representa compromisso com a população brasileira**. Posse 2019: Presidência da República. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/01/juramento-constitucional-representa-compromisso-com-a-populacao-brasileira>. Acesso em: 24 out. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Golpe de 1964 (05' 14")**. Rádio câmara: câmara é História. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/269224-golpe-de-1964-05-14/>. Acesso
- BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Relatório: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/> Acesso em: 16 abril 2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm#:~:text=ATO%20INSTITUCIONAL%20N%C2%BA%201%2C%20DE%209%20DE%20ABRIL%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20da,Constituinte%20origin%C3%A1rio%20da%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20Vitoriosa](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm#:~:text=ATO%20INSTITUCIONAL%20N%C2%BA%201%2C%20DE%209%20DE%20ABRIL%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20da,Constituinte%20origin%C3%A1rio%20da%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20Vitoriosa). Acesso em: 09 maio 2022.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, 10 dez. 2014b. 3v. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 20 jul. 2022.

BÍBLIA, A. T. Matheus. *In*: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. p. 202-203.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**: 6º ano – Ensino Fundamental: anos finais. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. *In*: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William. **Análise do discurso**: gêneros, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso; Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **La médiatisation de la science**. Bruxelas: De Boeck, 2008.

COSTA, Ricardo da. Para que serve a História? Para nada... **SINAIS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Vitória, v.1, n. 3, jun. 2008. p.43-70. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/sites/default/files/pdfs/2862-4287-1-pb.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2021

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de filosofia**. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

ESPERANÇA. *In: Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/esperanca/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995. 239 p.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Letras – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Santa Maria, n. 27, jul./dez. 2003, p. 39-46. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896/7318>. Acesso em: 25nov. 2021.

FERNANDES, Ana Claudia (ed.). **Araribá mais: história**. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

FREITAS, Marcos Cezar. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

MARCONDES, D. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**: São Paulo, Cortez, 1992.

MARQUES, Welisson. Metodologia de pesquisa em Análise do Discurso face aos novos suportes midiáticos. **Domínios de Linguagem**, v.5, n. 1, p. 58-73, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/12277/8054>. Acesso em: 1 maio 2021.

MANCHETE, Revista. **A posse Costa e Silva**. Rio de Janeiro, edição n.º 0780, 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=77823> Acesso em: 28 nov. 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MATTOS, Alessandro Nicoli de. **Esquerda e direita: o que dizem História e teoria**. 29 dez. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/esquerda-e-direita-historia-teoria/> Acesso em: 25nov. 2021.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbetes pedagogia tecnicista**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/pedagogia-tecnicista/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

MONTESQUIEU, Charles S. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MUSSALIM, Fernanda. Análise de Discurso. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2003.

NIVALDO JUNIOR, José. **Maquiavel o poder: História e marketing**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2012.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1993.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes: Discurso na Cidade e no Campo**. São Paulo: Editora Cortez, 1989. 151 p.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, n. 61, p. 52-59, jan./mar. 1994.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. Impetus, 2008.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. O próprio da análise de discurso. **Escritos**, Campinas: Labeurb, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos3.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2022

PARLAMENTO brasileiro foi fechado ou dissolvido 18 vezes. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 27 ago. de 2018. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/referencia-site-abnt-artigos/> Acesso em: 21 jul. 2022

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da História**. Nove entrevistas. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

RAMIRES, V. M.; FRAGA, I. P. Discurso na mídia: construção simbólica de ideologia e poder. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 69–83, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9071>. Acesso em: 9 dez. 2022.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

TRAGER, George Leonard. **Paralanguage: A First Approximation**. In: Studies in Linguistics. 1958, p.1-12.

THOMPSON, John B. **Ideology and modern culture**. Cambridge: Polity Press, 1990.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

THE SPEAKER. Adolf Hitler. **A comunicação foi a primeira arma letal do homem mais desprezado da História**. [s.d.]. Disponível em: <https://thespeaker.com.br/oratoria-hitler/> Acesso em: 13 nov. 2021

STARLING, Heloisa M.; SCHWARCZ, Lilia M. **Brasil**: Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SANTOS, Flávio Reis; BEZERRA NETO, Luiz. **Estado, educação e tecnocracia na ditadura civil-militar brasileira**. Revista HISTEDBR, Campinas, n. 40, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639809> . Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Gustavo Adolfo da. **Teoria dos atos de fala**. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. [s.d.]. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiifelin/41.htm> Acesso em: 28 nov. 2021.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

VIEIRA, Rafaella de Oliveira. **O discurso de outrem como forma de posicionamento ideológico**: as contribuições de Bakhtin/Voloshinov para uma nova pragmática. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/226.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes**: a História dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.